

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO FEMININO NO MEIO RURAL:

O papel e a representatividade das agricultoras familiares no município de São Luís - MA



2026

Ednádía Santos Lima | Anali Linhares Lima

**Ednádia Santos Lima
Anali Linhares Lima**

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO
FEMININO NO MEIO RURAL:**

**O papel e a representatividade das agricultoras familiar no
município de São Luís - MA**

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Ednádias Santos Lima

Anali Linhares Lima

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732i

Lima, Ednádias Santos

A importância do trabalho feminino no meio rural: o papel e a representatividade das agricultoras familiar no município de São Luís - MA. / Ednádias Santos Lima, Anali Linhares Lima. – São Luís: Editora Novus, 2026.

62 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-22-6

DOI: 10.29327/5798834

1. Agricultura familiar. 2. Mulheres rurais. 3. Relações de gênero. 4. Empoderamento feminino. 5. Desenvolvimento rural sustentável. I. Lima, Ednádias Santos. II. Lima, Anali Linhares. III. Título.

CDU: 631.115-055.2

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

M.Sc. Alan Jeffeson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo
M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub

Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

AUTORAS

Ednádia Santos Lima

Pós-Graduação lato sensu em Ensino de Geografia pela Faculdade Futura- SP. Graduação em Geografia Bacharelado/Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão e Licenciatura Plena em Ciências Agrárias pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Técnica em Meio Ambiente pelo Colégio Universitário - UFMA e Técnica em Agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Trabalho como técnica agropecuária na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento do município de São Luís - MA.

Anali Linhares Lima

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2004). Mestrado em Ciência Animal e Pastagens pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ESALQ/USP (2008). Doutorado em Ciências pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ESALQ/USP (2011). Pós-doutorado em Nutrição Animal pelo Centro de Energia Nuclear - CENA/USP (2012). Pós-doutorado em Desenvolvimento Científico Regional UEMA/FAPEMA (2012-2014). Atuou como docente na Faculdade Barão de Rio Branco UNINORTE de 2015 a 2019, exercendo o cargo de coordenadora do Núcleo de Disciplinas Integradas, Iniciação Científica e Monitoria, Comitê de Ética em Pesquisa, Comissão de Ética no Uso Animal CEUA e Editora Chefe do Periódico Institucional da Revista DêCiência. No Instituto Florence de Ensino Superior atuou como docente, exercendo o cargo de coordenadora da Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-Florence), Curso de Medicina Veterinária e Editora Chefe do Periódico Institucional Florence em Revista. Atuou como Médica Veterinária na PROMINER Projetos Ltda. e FIDENS Engenharia. Na Universidade Ceuma, atuou como docente, na Comissão Própria de Avaliação - CPA, é Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Núcleo de Linguagem e Educação (NELE). No Conselho Regional de Medicina Medicina Veterinária (CRMV/MA) é membro da Comissão Técnica de Saúde Única do Estado do Maranhão. No Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) atua como Avaliador habilitado para Duplo Perfil - Avaliação de Curso, nos processos de Autorização, Reconhecimento de Curso e Renovação de Reconhecimento do Curso de Medicina Veterinária. Na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento - SEMAPA. Prefeitura de São Luís, atua como Inspetora Médica Veterinária na Superintendência de Defesa e Inspeção Sanitária Animal e Vegetal (SUDISAV). Atualmente é docente e coordenadora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB. Experiência nas áreas de Ciências Agrárias e Saúde Única, com ênfase em Produção e Nutrição Animal, Formação e Transferência de Imunidade Passiva, Tecnologia, Epidemiologia, Vigilância em Saúde e Inspeção de Produtos de Origem Animal, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, saúde única, imunologia, microbiologia, fisiologia, histologia, inspeção de produtos de origem animal.

PREFÁCIO

A obra “A Importância do Trabalho Feminino no Meio Rural: o papel e a representatividade das agricultoras familiares no município de São Luís – MA”, constitui uma relevante contribuição para os estudos que abordam as relações de gênero, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil. Ao tratar de uma temática ainda marcada por invisibilidades históricas, o trabalho evidencia a centralidade do papel desempenhado pelas mulheres na dinâmica produtiva, social e econômica do meio rural.

Historicamente, a participação feminina nas atividades agrícolas foi muitas vezes interpretada como complementar ou secundária, sendo frequentemente associada apenas ao espaço doméstico ou às atividades consideradas de menor valor produtivo. No entanto, pesquisas contemporâneas têm demonstrado que as mulheres exercem papel fundamental na produção de alimentos, na organização familiar e na sustentabilidade das unidades produtivas. Nesse sentido, o estudo desenvolvido pela autora contribui significativamente para ampliar a compreensão sobre a atuação das agricultoras familiares e para reconhecer sua importância no fortalecimento da agricultura local.

Com base em uma abordagem qualitativa e em um cuidadoso trabalho de campo realizado junto às agricultoras da zona rural do município de São Luís, a pesquisa apresenta um panorama consistente sobre as condições de vida, trabalho e organização dessas mulheres. A análise revela não apenas os desafios enfrentados em um contexto ainda marcado por desigualdades de gênero, mas também os avanços conquistados por meio da participação em associações, programas governamentais e iniciativas coletivas que promovem autonomia e empoderamento feminino.

Outro mérito desta obra reside na articulação entre reflexão teórica e realidade empírica. Ao dialogar com importantes referências acadêmicas sobre gênero, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar, a autora constrói uma análise crítica que evidencia como as mulheres vêm ampliando sua participação nos processos produtivos e decisórios no meio rural, contribuindo de forma significativa para a geração de renda, para a segurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que vivem.

Além de seu valor acadêmico, o presente trabalho possui grande relevância social, uma vez que oferece subsídios para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a valorização do trabalho feminino no campo. Ao dar visibilidade às trajetórias e experiências das agricultoras de São Luís, a autora reafirma a importância de reconhecer essas mulheres como protagonistas na construção de um meio rural mais justo, inclusivo e sustentável.

Dessa forma, esta obra se apresenta como leitura indispensável para estudantes, pesquisadores, gestores públicos e todos aqueles interessados em compreender as transformações contemporâneas do meio rural brasileiro, especialmente no que se refere às relações de gênero e à agricultura familiar. Trata-se de um estudo sensível, rigoroso e comprometido com a valorização do trabalho das mulheres rurais.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 2	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
CAPÍTULO 3	14
A MULHER RURAL E O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO	14
<i>O início do patriarcado</i>	14
<i>As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho</i>	16
CAPÍTULO 4	21
A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES	21
CAPÍTULO 5	24
A MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	24
CAPÍTULO 6	27
CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ESTUDO	27
<i>Localização e caracterização do município de São Luís</i>	27
<i>A Zona Rural de São Luís</i>	28
<i>A produção agrícola</i>	30
CAPÍTULO 7	33
AS MULHERES AGRICULTORAS DE SÃO LUÍS – MA	33
CAPÍTULO 8	44
ASSOCIAÇÃO MULHERES DO CAMPO EM AÇÃO: REPRESENTATIVIDADE E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS	44
<i>A Associação Mulheres do Campo em Ação</i>	45
CAPÍTULO 9	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	58



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do estudo busca gerar informações e conhecimentos acerca da situação das agricultoras inseridas na atividade agricultura familiar no município de São Luís do Maranhão. A motivação pela temática surge das minhas atividades laborais tanto interna como externa dentro da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís, onde percebi de forma empírica que o maior número de beneficiados a nível local pelos programas governamentais voltados para o meio rural, eram mulheres.

Com base nisso emerge a motivação de conhecer o trabalho e o cotidiano de vida dessas agricultoras inseridas na agricultura familiar, atividade essa culturalmente construída como masculina. Essa motivação investigativa vai além de conhecer somente as situações cotidianas de trabalho e modos de vida, ela procura identificar nessas agricultoras potenciais disseminadoras do empoderamento feminino.

É de conhecimento histórico o importante papel exercido pelas mulheres na criação da agricultura (Almeida Jr. 1995, Biase, 2007, Mozzalla, 2013), porém no meio rural a figura masculina ainda é fortemente enaltecida em detrimento a figura feminina. A jornada cotidiana da mulher no meio rural é subestimada pela sociedade, uma vez que muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas, reservando aos homens o reconhecimento público do trabalho produtivo e permanecendo obscurecido ou ocultando o trabalho das mulheres.

A estrutura patriarcal culturalmente construída e difundida no meio rural estabelece funções, espaços e níveis de valorização distinta para homens e mulheres, ou seja, o trabalho realizado pelas mulheres tem caráter secundário ou improdutivo, vinculado somente às atividades reprodutivas dentro da unidade familiar, enquanto ao homem o seu trabalho é considerado produtivo, de frente da propriedade e tem valor social e econômico.

Essa ideologia que o trabalho da mulher é somente uma complementaridade de muita às vezes é aceita pelas próprias mulheres no momento em que abordadas e questionadas a respeito de suas funções na família, as mesmas dizem que não trabalham, apesar de cuidarem da casa, do manejo dos pequenos animais e dos cultivos de hortaliças e frutíferas e pela transformação dos alimentos.

São essas ações que se transformam em um fator preocupante, pois acabam por naturalizar os comportamentos e legitimar os níveis de importância dos trabalhos realizados pelos membros que compõem o grupo familiar, atos esses que acabam aumentando a invisibilidade de seus trabalhos e corroborando ainda mais a ideologia patriarcal. É válido também dizer que não se pode tecer críticas a essas ações, pois muitas dessas mulheres cresceram num lugar social

e numa cultura sob a perspectiva de obediência, primeiro ao pai e/ou irmãos e depois ao marido e/ou sogro.

Com o advento do debate sobre a agricultura familiar que se deu lá no início da década de 1990 e segue ainda tendo fortes debates, um deles diz respeito aos papéis de gênero e suas devidas ocupações. A mulher dentro da agricultura familiar vem resgatando a sua importância e assumindo papel cada vez mais relevante.

Röhneilt (2010) relata que nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas como não agrícolas, pois esta associação advém da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Agropecuário de 2017, salientou que a soma dos estabelecimentos agrícolas nos quais as mulheres são produtoras elevou de 12,7% para 19% entre os anos de 2006 a 2017. O número de mulheres no campo declaradas como administradoras e gerenciadoras de suas propriedades rurais atinge aproximadamente 816.926 pessoas no Brasil no ano de 2017 (IBGE, 2018).

Segundo Dalmina *et al.* (2007), as mulheres disponibilizam aproximadamente 13% a 40% de seu tempo na produção agropecuária, expondo o valor da atuação nas atividades produtivas. Nesse contexto é notória a relevância de investigar e conhecer como se desenvolve o trabalho feminino no meio rural, principalmente dentro da agricultura familiar.

Apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, é necessário avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nas propriedades rurais, visto que existem poucas pesquisas no que se refere à contribuição das mulheres nas unidades familiares de produção, sendo esse um tema emergente e importante para a reflexão sobre o desenvolvimento rural.

Especificamente tomando o município de São Luís-MA como local de investigação, o mesmo possui uma significativa parcela da população dedicada às atividades rurais, praticando uma agricultura familiar especialmente de hortifruti-granjeiros, tendo as mulheres como força fundamental para o fortalecimento da agricultura local, visto que hoje elas são a maioria nos programas governamentais como PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e muitas já estão associadas em organizações coletivas, compartilhando saberes e dando voz e visibilidade às mulheres rurais. Com base nisso, o presente trabalho tem por intuito buscar junto às agricultoras familiares do município de São Luís, conhecer o trabalho desenvolvido por elas e como elas tentam demonstrar a sua representatividade.

Como a questão central desta pesquisa é analisar o trabalho realizado pelas agricultoras familiares do município de São Luís e seus impactos na geração de renda familiar local. A presente pesquisa tem como objetivo geral demonstrar como o trabalho das agricultoras familiares do município de São Luís tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar local e para a construção do empoderamento feminino. E por específicos: (a) Refletir sobre o papel da mulher e seu trabalho na agricultura familiar; (b) Traçar o perfil socioeconomicamente das agricultoras; (c) identificar a atuação das agricultoras no campo e na geração de renda; (d) Identificar e compreender como se dá o processo de organização das agricultoras em grupo e/ou associações e (e) Entender o processo de empo-

deramento dessas mulheres.

Portanto, esta pesquisa torna-se relevante para outros estudos que venham a contribuir para a valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres na unidade familiar desse município e possibilita auxiliar na compreensão de quão fundamental é o trabalho exercido pelas agricultoras para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, ao estudar o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar, espero a ampliação dos estudos da temática sobre as mulheres rurais e do papel que exercem para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável, além de auxiliar com mais informações para a formulação de políticas públicas que visem atender às necessidades desse segmento.

O presente trabalho contará com 08 capítulos além desta introdução. No capítulo 02 serão apresentados os aspectos metodológicos utilizados no percurso desta pesquisa. No capítulo 03, encontra-se uma revisão bibliográfica que buscou apresentar a situação das mulheres ao longo dos anos, procurando entender como se originou o patriarcado e como foi se desenvolvendo as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural.

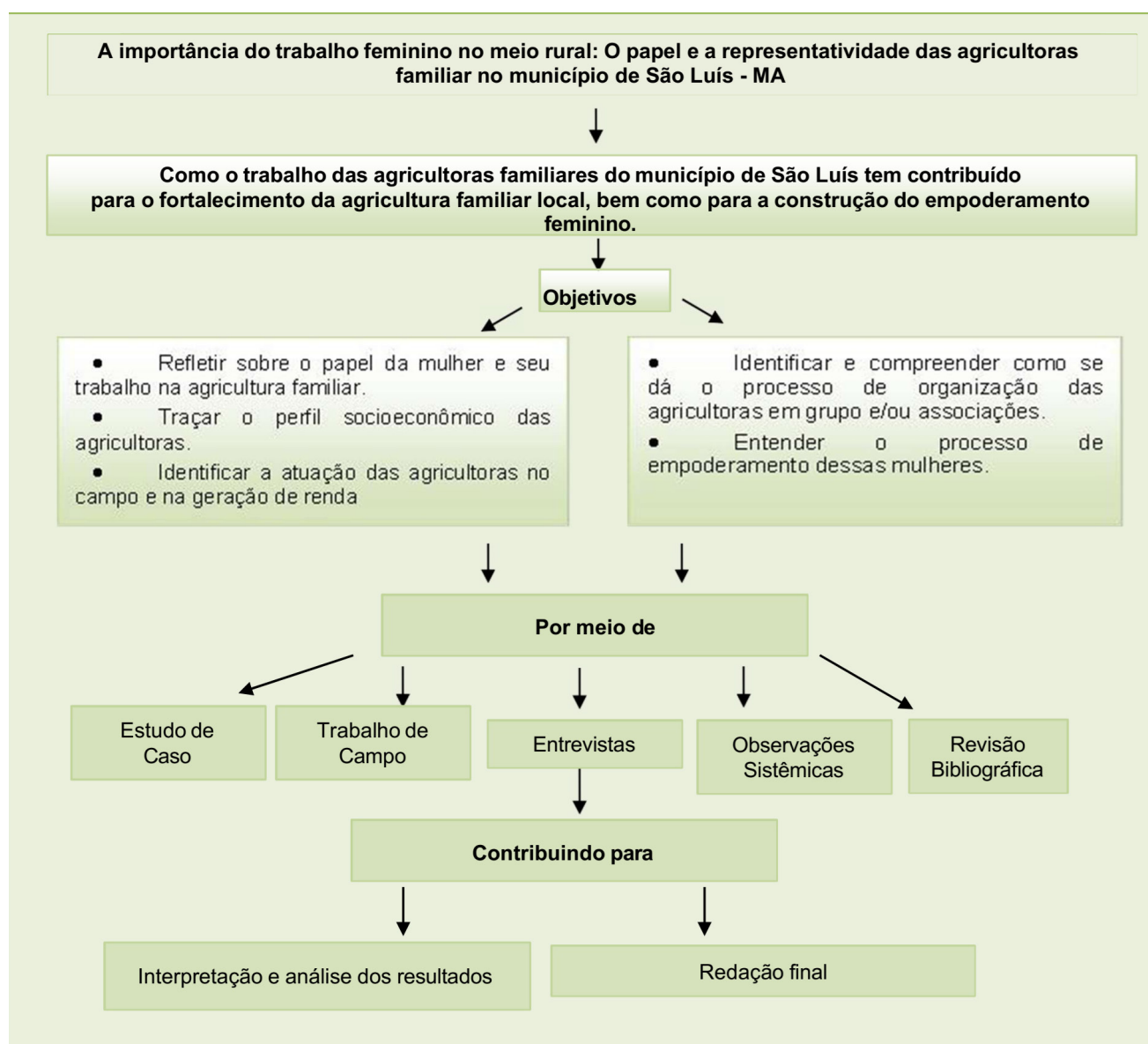
No capítulo 04, serão expostas as relações de gênero e o movimento de mulheres em busca da conquista da sua cidadania feminina e do seu título profissional. No capítulo 05, será mostrada uma breve conceituação sobre o que vem a ser a agricultura familiar, enfocando a situação da mulher rural dentro da agricultura familiar, pois a imagem tradicional das mulheres agricultoras sempre esteve invisível. O capítulo 06, vai mostrar a cidade de São Luís, fazendo resumidamente um resgate histórico sobre a formação e a ocupação do município e descrevendo sobre os aspectos socioeconômicos, bem como caracterizar sua produção agrícola. Já no capítulo 07 estarão os resultados da pesquisa acerca da realidade das mulheres agricultoras do município.

No capítulo 08, será apresentada a Associação Mulheres do Campo em Ação, instituição que busca através de ações coletivas levar cidadania e melhoria para a população da zona rural de São Luís, assim como também promover a autonomia e o empoderamento das mulheres rurais. E no último capítulo teremos a considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos proposto nesta monografia foi utilizado uma abordagem de estudo de natureza qualitativa, que permitiu o acesso à realidade social dos sujeitos da pesquisa. O método usado será o dialético, pois de acordo com (Spósito, 2003 *apud* Pereira, 2023) “o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as a contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão” (Pereira, 2023).

Figura 01. Organograma dos elementos da metodologia



Fonte: Elaborado pela autora

O método dialético possibilita a compreensão do fenômeno em sua totalidade, evitando sua análise isolada. Nessa perspectiva, este estudo caracteriza-se como um estudo de caso que, segundo Triviños (2008), consiste em uma modalidade de pesquisa cujo objetivo é analisar, de forma aprofundada, uma unidade específica.

Ao investigar um fenômeno particular da realidade, este deve ser compreendido em sua dimensão mais ampla, não como um caso isolado, mas como uma unidade que permite refletir sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade (Machado, 2021).

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em três etapas. A primeira consistiu no levantamento de dados secundários, por meio de revisão bibliográfica, a qual contribuiu significativamente para a discussão dos principais temas relacionados à pesquisa, tais como: relações de gênero no meio rural, empoderamento feminino, agricultura familiar e divisão sexual do trabalho. Para tanto, foram consultados autores e autoras, tanto clássicos quanto contemporâneos, que abordam a temática.

No que se refere à caracterização da área de estudo, o levantamento de informações foi realizado a partir de dados de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura Municipal de São Luís, além da consulta a trabalhos acadêmicos que tratam do município.

A segunda etapa correspondeu ao trabalho de campo junto aos sujeitos da pesquisa. Foram realizadas entrevistas com roteiro de perguntas abertas, de modo a possibilitar a obtenção de depoimentos significativos. Conforme destaca Alberti (2005, p. 31), “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos ou por preocupações com amostragem, mas sim pela posição do entrevistado no grupo e pelo significado de sua experiência”.

Considerando que os sujeitos da pesquisa estão localizados na zona rural do município de São Luís, e que este possui duas áreas rurais, o recorte espacial delimitou-se às agricultoras familiares cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA). Dentre aproximadamente 300 agricultoras cadastradas, foi realizada uma pré-seleção, resultando em um total de 30 entrevistadas.

Com o auxílio do banco de dados da referida secretaria, foram obtidas as informações necessárias para o contato com as agricultoras e a realização das entrevistas. Em um segundo momento, esse processo também possibilitou o contato com representantes de grupos e/ou associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com o objetivo de descrever e compreender essas organizações, bem como identificar de que maneira as mulheres se inserem nesses espaços e contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar em São Luís – MA.

Por fim, a terceira etapa consistiu na análise dos resultados. A partir da sistematização dos dados, foi possível compreender, caracterizar e refletir sobre o papel da mulher agricultora no município de São Luís, contribuindo, assim, para a elaboração final desta monografia.

A MULHER RURAL E O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

Na pré-história homens e mulheres viviam em harmonia, por serem caçadores-coletores não havia necessidade de força, e ambos viviam em um regime de parceria. Segundo Alambert (2004) na aurora da humanidade não se pode falar na existência de desigualdades entre homens e mulheres, pois os seres humanos tinham que se manter agregados e solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries.

A divisão de trabalho entre os sexos existia, mas sem desigualdade, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres, porém a mulher representava o poder de dar e nutrir, pois, nesse período o homem não conhecia sua função na procriação, o poder estava centralizado na mulher, porque acreditava-se que a reprodução era um privilégio divino, e por essa razão, muitas vezes a mulher era adorada como divindade (Borge; Lapolli; Amaral, 2020).

O início do patriarcado

Segundo Andrade (2021) existem dois fatos principais que podem ser considerados o início do patriarcado que são: a invenção do arado e a descoberta da participação masculina na reprodução da humanidade. O arado veio substituir a enxada primitiva até então utilizada pela mulher, o arado por ser mais pesado precisava da tração animal e da força do homem para dar direção ao seu movimento de arar a terra. Para alguns pensadores naquele momento o trabalho do homem começou a ser mais valorizado (Saffioti, 2004).

A partir do Período Neolítico o ser humano foi se tornando sedentário, já tinha dominado a agricultura e a caça por grandes animais se fez necessário. Com a domesticação a convivência com os animais fez com que os homens percebessem dois feitos surpreendentes onde:

As ovelhas segregadas dos carneiros não geravam, nem produziam leite, porém, num intervalo de tempo, após o carneiro cobrir a ovelha, nasciam os filhotes. E o mais surpreendente era que um macho conseguia cobrir muitas ovelhas [...] (Tomani, 2008).

Os homens observaram que eram eles eram os “fertilizadores” das mulheres e atribuíram a si mesmos superioridade física e ideológica “o controle exercido sobre as mulheres é parecido com o controle exercido sobre os animais. Com isso passaram a oprimir a mulher a partir do controle de sua sexualidade e de sua fecundidade.

Ainda no período neolítico, devido a essas descobertas começou a haver a estratificação social e sexual, as mulheres ainda eram adoradas, porém o casamento começa a existir, assim como a propriedade, a herança e a competitividade entre os grupos de indivíduos. A sociedade simples e igualitária chegava-se ao fim e dava-se início a uma bem complexa, onde quantos mais filhos, mais soldados e mais mão-de-obra para arar a terra.

Conforme (Morin, 1984 *apud* Machado, 2021) é com o nascimento da família enquanto microestrutura social que a afirmação da superioridade masculina emerge, pois a maternidade começou a consumir mais tempo das mulheres, suas vidas passaram a ser definidas mais em termo da gravidez e cuidados para com as crianças.

Para Federici (2017) a família se constituiu como instituição de destaque nas mudanças ocorridas na vida das mulheres. Pela atuação da família nuclear o trabalho doméstico, a criação dos filhos, os padrões de sexualidade etc., foram definidos como responsabilidades femininas.

As mulheres foram se especializando nas atividades domésticas, desempenhando papéis fundamentais para a manutenção e subsistências da família.

São as mulheres que predominantemente realizam os trabalhos domésticos e de cuidado, que beneficiam todos os membros da família, desde crianças e pessoas com deficiência até os homens adultos, incluindo os maridos (Funari, 2020; Herrera, 2016).

O homem nesse momento passou a assumir a maior parte das funções agrícolas e tinha a função de proteger a família e a propriedade e de suprir as necessidades da família, Dessa forma instaura-se o que vinha a ser o patriarcado, ou seja, uma nova ordem social onde a autoridade pertence ao homem, chefe da família e dono do patrimônio.

Para Engels (2010, p. 87) é no “patriarcalismo que se tem a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. Para Lerner (2019) foi por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho.

Sob o jugo de um sistema que as forçava a procriar como parte da divisão sexual do trabalho, as mulheres foram desaparecendo gradualmente do mundo público do trabalho e da liderança e foram empurradas para a sombra doméstica, concentrando-se na maternidade e no trabalho da casa.

De acordo com Letícia Kreuz, presidente do Instituto de Política por.de.para Mulheres e professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fala que a dominação exercida pelo masculino aparece disfarçada em torno de supostos “papéis”, “características biológicas” e “sensibilidade feminina”, contraposta à “virilidade” e “força masculina”. Essas diferenças, por sua vez, acabam levando à exclusão das mulheres das esferas de poder. “Fomos afastadas dos processos decisórios, inferiorizadas na distribuição de papéis sociais, tornadas inaptas às funções públicas e restritas ao universo doméstico por muitos anos” (Kreuz *apud* Luciano, 2022).

Com as mudanças das relações de gênero, houve uma mudança de concep-

ções, valores e ideais dentro dessa nova família, e como resultado dessa distinção entre mulheres e homens, foram demarcados de maneira distinta os locais de ambos na sociedade (Barreto; Araújo; Pereira, 2009). Nesta organização territorial e ideológica pertence ao homem os espaços públicos e as atividades que demandam uma carga maior de “responsabilidades”. E para a mulher as atividades construídas culturalmente como femininas (serviços domésticos, cuidados, educação dos filhos) e “reservadas” ao ambiente privado.

As atribuições de distintos papéis sociais para homens e mulheres, determinou historicamente a divisão sexual do trabalho e impactou diretamente a forma como as mulheres foram entendidas e tratadas ao longo dos tempos.

As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho

O nascimento da família foi apontado como umas das primeiras formas de afirmação da superioridade masculina, pois quando os grupos familiares foram se constituindo dentro da sociedade, tarefas específicas foram sendo divididas dentro dos grupos de acordo com o sexo e gênero.

Brumer e Paulilo (2004) explicam que sexo é categoria biológica dada ao homem e a mulher, e a noção de gênero se constitui socialmente, atribuindo-se diferentes papéis a ambos os sexos. De acordo com Bruschini et al (1998), o conceito de gênero pode ser entendido como o princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres.

A separação dos sexos em duas esferas, as representações e simbologias atravessaram os tempos tornando as diferenças uma forma de hierarquia e transformando-as em desigualdade. Herrera (2016, p. 208) afirma que “a situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais.

Silva (2012) afirma que o destino das mulheres foi determinado dentro das estruturas familiares, pois elas são consideradas responsáveis naturais pela reprodução biológica e, portanto, também são atribuídas com a obrigação do trabalho doméstico, pois esses dois papéis foram naturalizados como tarefas a serem desempenhadas por elas.

Tal afirmação pode ser corroborada com Kergoat (2002, p. 49), que fala que as “relações sociais se fundamentam primeiro e antes de mais nada sobre uma relação hierárquica entre os sexos”. Para Engels (2010, p. 70-71), “a raiz material da opressão da mulher não tinha como causa básica a constituição do corpo, mas era fruto de determinadas relações sociais que se assentavam na divisão do trabalho”.

A especialização na divisão do trabalho por gênero, desde as sociedades mais remotas, torna-se por conseguinte a principal causa da separação de espaços femininos e masculinos e a separação condiciona as desigualdades futuras em sociedades mais complexas. Na agricultura a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas com base nas características biológicas, mas num produto social que legitima as relações de poder e que são pautadas em dois princípios que regem essa divisão que é a separação

e a hierarquia.

O princípio da separação estabelece uma distinção entre as atividades desempenhadas por homens e mulheres, enquanto o princípio hierárquico estipula que as atividades realizadas pelos homens possuem um valor social maior do que aquelas realizadas e consideradas femininas. A divisão sexual do trabalho, portanto, designa às mulheres as atividades consideradas reprodutivas e de menor valor social, enquanto os homens assumem as denominadas produtivas, com maior valor social (Kergoat, 2002).

Essa divisão e valorização diferenciadas do trabalho do homem e da mulher são corroboradas por Quirino (2015, p.07), quando afirma que

“[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a opressão, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na exploração econômica, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica”.

De acordo com os princípios organizadores da divisão sexista do trabalho convencionou-se que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim, tudo que se associa ao mercado) e para as mulheres o trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Essa separação faz crer que essas esferas funcionam separadamente, porém tal interpretação elimina a percepção de totalidade que as engloba, uma vez que homens e mulheres estão inseridos conjuntamente, embora de formas diferenciadas na produção e na reprodução.

Nesta perspectiva que homens e mulheres são vistos em esferas completamente distintas, acaba por ofuscar principalmente a contribuição que as mulheres exercem tanto na produção como na reprodução. As mulheres rurais enfrentam no seu cotidiano uma sobreposição do trabalho doméstico e de cuidado com o trabalho considerado produtivo.

Ao longo do dia, muitas vezes começando antes do amanhecer, essas mulheres desempenham uma série de tarefas, equilibrando as responsabilidades reprodutivas e produtivas. Elas cuidam da casa, da família e da comunidade, ao mesmo tempo em que executam tarefas relacionadas à propriedade e às atividades produtivas, embora essas últimas sejam frequentemente consideradas apenas uma «ajuda» aos maridos (Funari, 2020; Scott; Rodrigues; Saraiva, 2010).

As relações de gênero no meio rural são um dos fatores que estão na base das desigualdades, pois as mulheres vivenciam uma segregação social e política que ocasionou a desqualificação e a invisibilidade do seu trabalho considerada usualmente como apoio, assistência ou suporte, ou seja, ífero aos exercidos pelos homens.

Mas podemos dizer que nem sempre foi assim, se levarmos em consideração os nossos povos originários, Monteiro (2018), relata que as tarefas entre fa-

mília e sociedade eram divididas entre homens e mulheres, de modo a serem complementares, porém apartir do contato com o colonizador europeu houve uma ruptura do modelo equitativo de gênero que prevalecia nas comunidades.

Monteiro (2018) também acrescenta que com essa quebra juntamente ao referido período de exploração da mão de obra indígena, as mulheres das comunidades tiveram sua fragilidade escancarada na sociedade de dominação, sendo restringidas aos cuidados da própria família e comunidade, fator que contribuiu para a relação de dependência econômica e a invisibilidade social.

Um fator preocupante que ocorre devido à desigualdade de gênero e a desqualificação do seu trabalho pelas próprias mulheres que já se habituou a relação de subordinação, que são tecidas desde muito cedo e de maneira sutil, moldando diversas atitudes e comportamentos sexista que passa a ser consideradas “natural” e elas sequer reconhecem as discriminações sofridas diariamente.

Desempenhando uma dupla jornada todos os dias, algumas mulheres quando abordadas e questionadas a respeito de suas funções na família, dizem que não trabalham, pois para elas como essas atividades não têm reflexo na acumulação financeira da família, não são consideradas trabalho.

As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplice entre os próprios oprimidos” (Lerner, 2019).

Para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas (Herédia, 1978 *apud* Ramos, 2014).

Sacralizada sob a ideologia patriarcal da mulher fraca, frágil, e que não teria forças para realizar trabalhos considerados “pesados” ocultou e inferiorizou tanto as relações de trabalho quanto de renda das mesmas, o que contribui para que os termos mulher e agricultora se remetessem somente à identidade biológica (mulher), invisibilizando a profissional.

“em seu estudo, infere que, na maioria das vezes, as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, sendo conhecidas como mulher ou a filha de determinado agricultor, na total certeza da invisibilidade de sua contribuição financeira, com seu trabalho no campo” (Alves *et al.*, 2018).

As mulheres por terem uma sobreposição de atividades no seu cotidiano favorecem a confusão de papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida do que como uma profissão, que se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar. Com base nesta questão a desvinculação dos substantivos mulher e agricultora se fazem importantes e os termos necessitam ser complementares, conferindo identidade enquanto mulher e profissional.

Porém é válido dizer que a divisão sexual do trabalho no meio rural é uma construção histórica que varia de acordo com as construções culturais e sociais de cada região e/ou sociedade, que designam e delimitam quais são os papéis, os direitos e deveres dentro daquela comunidade destinados para homens e mu-

Iheres.

Podemos buscar evidências que ratificam isso quando observamos culturas que resistiram às influências cristãs, mercantilistas e masculinizadora, como é o caso da comunidade indígena Desâna área cultural do alto rio Negro – AM, relata por Ribeiro (1995) que diz que:

As mulheres, agricultoras por excelência, selecionam os cultivares segundo o tamanho do tubérculo, a facilidade maior de descascá-lo e de ralá-lo, bem como o teor de amido que contém. O casamento exogâmico faz com que as mulheres se espalhem por diversas tribos e, ao visitar parentes, troquem entre si cultivares e experiências (Ribeiro, 1995, p. 115).

E por Woortmann (1992), que comenta a respeito de uma comunidade camponesa/pesqueiras no nordeste

Num plano mais geral, dado pelo primeiro discurso oferecido ao observador, o espaço é classificado de maneira bipolar: o mar é percebido como domínio do homem, em oposição à terra, domínio da mulher. (...) A terra, por sua vez, na percepção do grupo, subdividia-se tradicionalmente entre o espaço da agricultura e a praia, o primeiro concebido como essencialmente feminino, e o segundo como um espaço intermediário, onde, (...) trabalhavam tanto homens quanto mulheres (Woortmann, 1992, p. 42).

À medida que o trabalho é fundamental para o reconhecimento da participação social dos indivíduos, a falta de reconhecimento social da mulher rural como trabalhadora a priva de grande parte do seu reconhecimento enquanto sujeito social e público que participa ativamente na produção e reprodução de seus meios de vida. As relações de gênero se dão em um contexto de relações desiguais de poder o que demonstra que a criação de vias e mecanismos que contribuam com a superação da desigualdade entre os sexos é imprescindível.

Apesar de ainda não ter atingido uma totalidade expressiva, as políticas públicas voltadas para as desigualdades de gênero no campo possuem um papel fundamental nas modificações de padrões patriarcais enraizados nas relações sociais, políticas e culturais no meio rural.

Nos últimos 20 anos, observou-se a ampliação de movimentos e estratégias governamentais e não governamentais em busca de inserção, valorização e visibilidade das mulheres no setor agrícola. A ampliação de financiamentos, assistência técnica, programas de comercialização da produção, movimentos sociais, conferências e selos sociais exclusivos às mulheres agricultoras são algumas das estratégias desenvolvidas.

Em 2015, um marco de extrema relevância para as mulheres agricultoras foi o início da campanha #Mulheres Rurais, que tem como principal objetivo a valorização do trabalho da mulher no meio rural (Mapa, 2018a). O lema da campanha foi: “Sou trabalhadora rural, não sou ajudante”.

Já em 2018, outro importante marco foi a criação do selo “Aqui Tem Mulher Rural”. Criado com o intuito de identificação da produção realizada por mulheres, tornando visível seu papel estratégico na batalha pela soberania alimentar e

como protagonistas do desenvolvimento sustentável (Mapa, 2018). O selo contribui ainda para a garantia da autonomia feminina.

E a Marcha das Margaridas no ano de 2000 que é considerado o movimento fundamental dentro do processo de rompimento com as desigualdades de gênero e busca por solução de demandas novas e antigas que estão enraizadas na cultura rural brasileira.

A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Ao longo dos anos as sociedades foram se organizando acreditando na superioridade do homem sobre a mulher. Teve no pensamento de alguns cientistas e filósofos a crença de que as mulheres eram menos inteligentes e incapazes de raciocinar, fato que as delimitavam ao lar e à procriação, servindo aos desejos do homem, restritas ao conhecimento dos afazeres domésticos.

“A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, diz Aristóteles. “Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser “ocasional”. É o que simboliza a história do Gênese em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um “osso supranumerário” de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo (Beauvoir, 2009, p.16).

É válido dizer que a história de vidas das mulheres ao longo dos anos, nunca foi em via de regra fácil, desde as sociedades antigas até os dias atuais, as mulheres dividem as mesmas angústias e insatisfações, ou seja, quem é sempre tratada de forma inferiorizada, mesmo em lares carregados de afeto.

A desigualdade de gênero é um fenômeno cultural e histórico que impactou e ainda impacta fortemente a vida das mulheres nos mais diferentes ambientes, sejam urbanos ou rurais. A divisão entre homens e mulheres sempre se concretizou em todos os povos, porém na maioria, os homens foram privilegiados.

A igualdade entre homens e mulheres embora reconhecida e garantida formalmente na prática ainda está longe de se concretizar, principalmente quando observamos a realidade nas comunidades rurais, onde as relações patriarcais permanecem bem presentes.

Apesar dos avanços nos debates envolvendo as questões de gênero, estamos distantes de uma situação de igualdade material, pois a visão de subalteridade feminina ainda é reproduzida e sentida nas relações estabelecidas principalmente no meio rural, dominado pelo pensamento patriarcalista que acaba tolhendo a liberdade das mulheres de decidirem sobre sua própria vidas.

A busca por seu lugar de fala na sociedade e dentro da própria família é uma insatisfação que permeia a vida das mulheres rurais, visto que, a mesma sempre foi tratada como subalterna, colocada em um papel de simples partícipes do cotidiano familiares e a um passo atrás de seus maridos, mesmo sendo elas não raras vezes, o verdadeiro esteio da família rural.

Com base nisso, a pergunta que vem a mente é: Se as mulheres foram con-

dicionadas a se conformar com sua realidade de filha, esposa e mãe, como poderiam elas se inserirem em um mundo que foi feito por eles e para eles? Ou como diria Beauvoir (2009, p. 99) “o mundo sempre pertenceu aos machos”. Então como as mulheres poderiam reivindicar por aquilo que nunca tiveram?

Se por muito tempo as mulheres foram inferiorizadas e seu trabalho invisibilizado e sem reconhecimento, elas viram que só através da resistência e de luta poderiam garantir sua emancipação e reconhecimento. Diversas lutas em prol de igualdade de direito foram travadas buscando na equidade entre os gêneros ter acesso às mesmas oportunidades. E foi na resistência e na luta contra o patriarcado que as mulheres se articularam em um movimento que tomou proporções mundiais conhecido como movimentos feministas.

O movimento feminista surgiu a partir do século XIX e se intensifica no século seguinte, o seu objetivo era a busca pela emancipação das mulheres, o reconhecimento de seu papel na sociedade, o respeito ao corpo, a mente, a liberdade, a busca de igualdade de direitos entre os gêneros e principalmente o direito à vida.

Os “feminismos” representam um conjunto de movimentos políticos, sociais, filosofias que almejam a construção de direitos iguais por meio do fortalecimento das mulheres e da libertação dessas da opressão masculina lastreadas pelas normas das relações de gênero (Melo; Thomé, 2018, p. 19).

Garcia (2015), afirma que foram as mulheres feministas na sua maioria, que tomaram consciência de sua condição analisando as suas condições de trabalho, baseadas na ideia da diferença sexual. E, foram elas a retratar e historicizar através de suas obras e artes, as conquistas ainda que ínfimas, sobre o patriarcado.

A trajetória das feministas é longa e árdua, historicamente denominadas de ondas, essas lutas foram marcadas por autoras, historiadoras, militantes e mulheres comuns que buscaram o respeito ao seu direito individual e suas liberdades sociais e substantivas.

Como já foi mencionada acima a cultura patriarcal ainda é uma característica bastante presente no meio agrário brasileiro, conforme Heredia; Cintrão (2006) as mulheres, embora historicamente participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente. Segundo as autoras as primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela igreja, movimento sindical e partidos políticos, ganhando maior força e visibilidade nas regiões Sul e Nordeste do país.

Neste primeiro momento, segundo Wanderley (1995), as mulheres não reivindicavam pelo reconhecimento de seus direitos, sendo a luta travada por agricultores e agricultoras direcionadas à classe e não a condição destinada às mulheres. É só no decorrer da década de 1980, mais especificamente nos anos finais que as mulheres trabalhadoras rurais intensificaram suas lutas pela afirmação de ser reconhecida como agricultora.

Foram anos de lutas e reivindicações para que fossem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais e conquistasse visibilidade na esfera pública institucional. Esse processo foi marcado por esforços coletivos de agricultoras espacialmente

distribuídas por todo o território brasileiro, através de reuniões, atos públicos, manifestações, marchas, abaixo-assinados, paralisações. Mas, é importante ressaltar que apesar de muitas lutas e vitórias a assimetria das relações de gênero nos espaços rurais ainda não se tornou homogêneo como desejado.

Conforme Carneiro (1994) a busca pela autonomia das agricultoras é de suma importância para o desenvolvimento do meio rural e da sociedade como um todo, pois a partir da organização dessas mulheres, das trocas de vivências e saberes é possível promover a participação política, o conhecimento e o reconhecimento de seus direitos enquanto sujeitos sociais.

Dessa forma, quando as mulheres se articulam em grupos, associações, sindicatos que buscam a inserção das agricultoras nas tomadas de decisões sobre a produção e a propriedade, também estão proporcionando seu empoderamento, pois estão tornando-as cientes de seu papel indo além daquele construído culturalmente.

Em meio a mobilização de diversas organizações e movimentos de mulheres rurais espalhados pelo Brasil, tem-se em São Luís/MA a formação da Associação Mulheres do Campo em Ação, que é uma entidade criada para representar as mulheres rurais do referido município, visando a valorização e representatividade da mulher do campo (ver detalhes nos capítulos posterior).

Assim como em outras entidades que luta pelo empoderamento e visibilidade do trabalho feminino no campo, a associação mulheres do campo tem ideais de ajuda mútua e auto-sustentabilidade, com a finalidade de gerar renda e criar espaços para a troca de experiências e resgate de autoestima, promovendo a integração de grupos de pessoas com interesses comuns.

A MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil a agricultura familiar de modo geral é a grande responsável pela produção de alimentos, entretanto ela sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Ela só ganhou importância a partir dos anos 1990, quando foi reconhecida como a grande responsável pela produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros.

A agricultura familiar foi reconhecida como setor estratégico para a conservação e recuperação do emprego, para a distribuição de renda, para a preservação do domínio familiar do país e para a implantação do desenvolvimento sustentável (BITTENCOURT, 2000).

De acordo com Wanderley (2001), a agricultura familiar é compreendida como aquela em que a família é proprietária e produz para seu próprio consumo e comercialização. Abramovay (1998) pondera três características importantes na agricultura familiar como: o gerenciamento, a propriedade e o ofício familiar. Compreende que a administração da propriedade e grande parte do trabalho são resultantes de pessoas que sustentam entre si laços familiares ou de casamento.

A participação do trabalho feminino na agricultura familiar ultrapassou o “simples” cuidado com o lar e tem se mostrado representativo e essencial à sobrevivência da família, apesar de ainda ser negligenciada e pouco valorizada. Paulilo (2000) observa que entre as atividades domésticas, trabalhos rurais e comerciais 46% da mão de obra é feminina, uma contribuição muito expressiva.

Uma especificidade do trabalho feminino desenvolvido dentro da agricultura familiar diz respeito aos trabalhos considerados não agrícolas que são a manufatura de diversos produtos como: bebidas, vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos e etc. A produção desses produtos não agrícolas tem conferido para as mulheres uma remuneração (coisa que por muito tempo foi renegado às mulheres com os produtos agrícolas) e assim ocasionando uma renda extra dentro da família.

Numa análise mais minuciosa sobre o trabalho feminino na agricultura familiar no Nordeste, Carmen Silva, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2005, p. 74) apontam que

a totalidade dos homens e 80% das mulheres realizam atividades de roça. Homens e mulheres afirmam realizar, praticamente na mesma proporção, as atividades de criação e beneficiamento, sendo as mulheres maioria no pomar, no artesanato e na horta; os homens no extrativismo. [...] Na roça, as mulheres estão, principalmente, na seleção de sementes, no plantio, na colheita e no armazenamento. [...] Os homens são considerados os principais executores de todas

as etapas do trabalho na roça. Apenas na colheita, há uma participação mais igualitária por parte de todas as pessoas da família.

Apesar do anonimato à atuação da mulher na produção agrícola familiar é uma realidade e tem se mostrado extremamente importante para o desenvolvimento rural dos países. De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), na América Latina e Caribe, cerca de 60 milhões de mulheres atuam no campo, sendo responsáveis pela produção de 60% a 80% dos alimentos consumidos na região (BARROS, 2023).

Apesar de não haver priorização de acesso do público rural feminino, as mulheres se destacam na produção de alimentos comercializados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apontados por muitas agricultoras como políticas de estímulo à iniciação ou ao incremento de suas atividades produtivas.

No Brasil uma pesquisa conduzida pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revelou que as mulheres são 73% das beneficiárias fornecedoras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e na modalidade Compra com Doação Simultânea elas representam 78% dos projetos em execução e no Nordeste do país formam 85% do público que fornece os alimentos (CONAB, 2024).

Com base nesse contexto, é de extrema importância que políticas públicas sejam criadas e ampliadas, para minimizar um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural que é a dificuldade da mulher em se tornar economicamente ativa.

Para Gubert *et al*, (2020), elas são responsáveis, em grande medida, pelo alimento destinado ao autoconsumo familiar e por práticas de manejo ambiental adequadas. Representam 48% da população rural e são responsáveis por menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Com o objetivo fortalecer o trabalho da mulher no campo, considerando o desenvolvimento sustentável das diversas cadeias produtivas e também o fomento a políticas públicas para melhoria das condições de trabalho para o público feminino foi criado um trabalho entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito de um Termo de Compromisso assinado entre as três instituições governamentais por intermédio do Programa Agro Mais Mulher.

Segundo os dados da pesquisa, o número de mulheres administrando propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. A partir do Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. A maioria está na região Nordeste (57%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que concentra apenas 6% do universo de mulheres dirigentes (Sá, 2023).

Ainda de acordo com a pesquisa, juntas elas administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%.(Ibid)

Apesar dos dados coletados na pesquisa apresentarem números positivos

em relação a dados de censos anteriores, a participação produtiva das mulheres ainda é pouco mencionada nos estudos sobre agricultura familiar e isso é ocasionado pela rígida divisão sexual do trabalho que é desfavorável às mulheres, refletindo uma invisibilidade do seu potencial produtivo na agricultura familiar e uma subestimação de sua participação econômica.

São inúmeros os desafios enfrentados para que as mulheres rompam com essa cultura de submissão, suas demandas já avançaram muito, mas elas ainda sofrem muita discriminação por conta da condição de gênero, o que se manifesta principalmente no ambiente rural onde as relações patriarcais continuam bem presentes

O caminho percorrido pelas agricultoras ou trabalhadoras rurais (chamaremos elas por esses nomes, pois é isso que elas são) para que possam atingir sua emancipação e o status de cidadãs plenas é árduo e moroso, visto que, elas têm batalhado ao longo de toda a história para conseguir seu espaço, enfrentando com vigor e inteligência os problemas encontrados em uma sociedade que ainda vive sob fortes influências do patriarcado, e devido a isso elas têm servido de exemplo de superação e dedicação.

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE ESTUDO

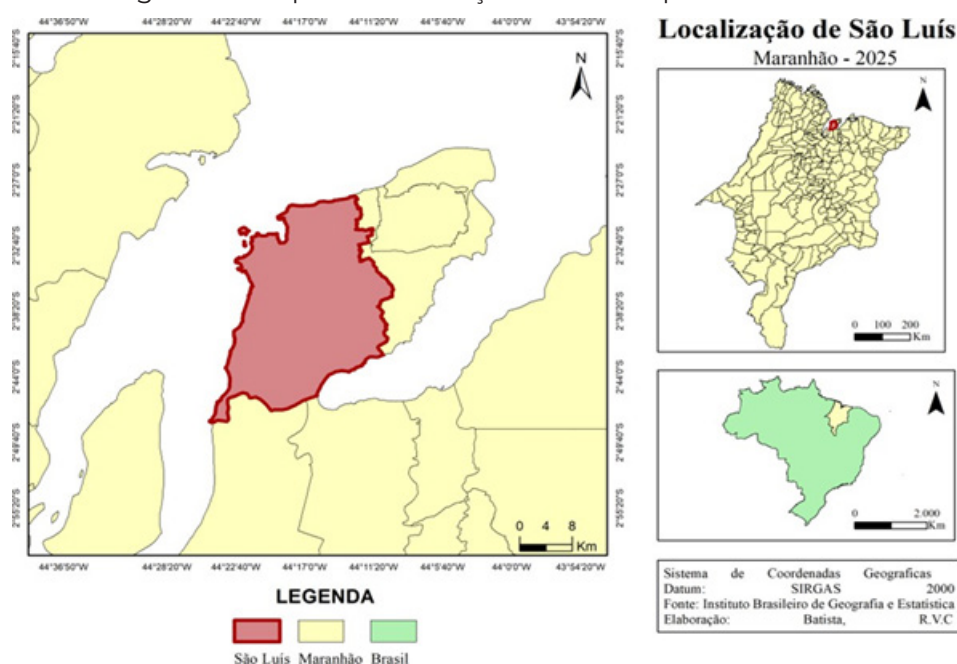
Localização e caracterização do município de São Luís

Fundada em 1612, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasilly, cujo objetivo comum, dentro do contexto da economia mercantilista, era estabelecer a França Equinocial, a capital maranhense recebeu seu nome em homenagem ao então rei da França, Luís XIII.

A cidade de São Luís foi conquistada e incorporada ao domínio português, em 1615, apenas três anos após a sua fundação pelos franceses. Em 1641, a cidade sucumbiu ao domínio holandês que foram expulsos pelos portugueses em 1645, quando se inicia efetivamente a colonização portuguesa da antiga Upaon-Açu (Ilha Grande), segundo a denominação tupinambá.

O município de São Luís popularmente conhecido como São Luís do Maranhão, está localizado no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar no Golfão Maranhense (Figura 02). O município de São Luís faz parte de uma região metropolitana que inclui os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, porém limita-se apenas com o município de São José de Ribamar.

Figura 02. Mapa de localização do município de São Luís



Elaborado por Batista, 2025

Nascida no mar, caracterizada como porto fluvial e marítimo, à semelhança de outras cidades brasileiras da época colonial, a capital do Maranhão desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil Colônia durante os séculos XVII e XIX, considerada o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro (IPHAN, 2021).

O crescimento econômico e demográfico da cidade ocorreu de maneira efetiva somente no século XIX, em especial por meio do desenvolvimento das culturas de cana-de-açúcar e algodão. A cidade de São Luís era o principal porto de exportação do algodão brasileiro para a Europa.

Em 1860, com o início da Guerra Civil Americana, a região passou a fornecer algodão para a Inglaterra. A riqueza proporcionada por essa atividade foi usada para modernizar a cidade, a mesma chegou a ser a terceira do país em população, mas no fim do século XIX a agricultura entra em decadência por decorrência da queda dos preços do algodão no mercado internacional, em conjunto com a ampliação da oferta desse produto no mundo. Desde então, a cidade buscou outras atividades para manter-se (FACEM, 2024).

A economia ludovicense está ancorada no setor terciário, com destaque para as atividades relacionadas à administração pública, ao comércio, serviços, logística e turismo. O setor secundário da cidade também se destaca com a indústria de transformação, voltada em especial para o beneficiamento de alumínio e bauxita, entre outros minérios. Na atualidade, a cidade é um dos principais centros logísticos do Norte-Nordeste brasileiro, principalmente em razão do grande volume de produtos minerais que são exportados por meio da estrutura portuária da cidade.

Em relação ao setor primário, por São Luís está inserida em uma região insular e possui uma densidade demográfica considerada muito elevada, o município possui poucos espaços rurais, com isso esse setor é praticamente inexpressivo, mas não desmerecido.

Segundo o último Censo Demográfico o município possui uma área de 583km², com uma população de 1.037.775 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 1.779,87 hab./km² (IBGE, 2022). Quando analisamos a área total e número de habitantes do município, percebemos que a maior parte da área e dos habitantes está localizada na área urbana, apresentando 62,53% da área total e 958.522 habitantes. A zona rural compreende somente 37,78% da área total e 56.343 habitantes.

A Zona Rural de São Luís

Como mencionado acima o setor primário é pouco expressivo em relação aos demais setores, na composição do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade ele corresponde somente a 0,1%, se contrastando com o setor de serviços que participa com 74,7% e a indústria com 25,2%, segundo o último levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Apesar de outrora a cidade ter sido o principal porto exportador de bens agrícolas, atualmente ela é caracterizada por pequenas propriedades de em média 2,5 hectares, que desenvolvem suas atividades no regime de agricultura familiar, uma vez que há limitações agrícolas dos solos aliadas a não disponibilidade

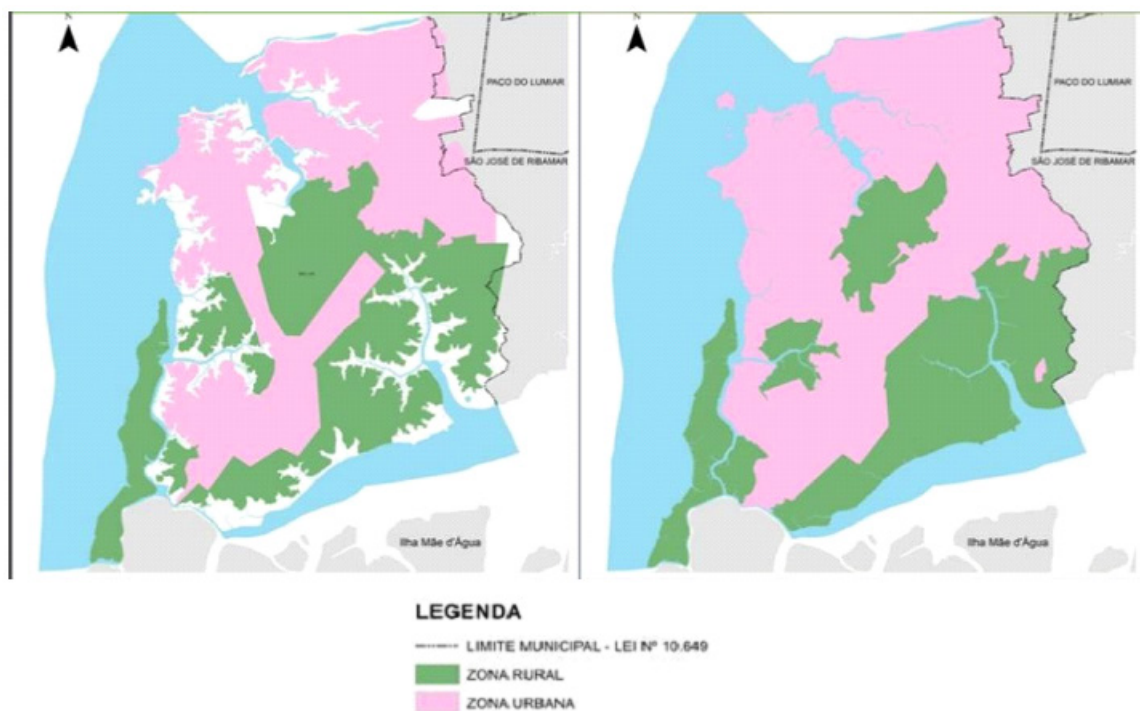
de espaço territorial para a implementação de grandes cultivos agrícolas e atividades pecuárias, fatores que acaba por inibirem o desenvolvimento da agropecuária em São Luís.

Segundo o último Censo Agropecuário a agricultura familiar ludovicense apresentava 78,82% da representatividade dentro de um universo de 817 estabelecimentos agrícolas. No entanto, práticas agrícolas que antes se mostravam eficientes do ponto de vista ambiental e dava sustentação a uma produtividade vêm se mostrando problemáticas diante de um aumento da densidade populacional e de uma redução das áreas cultiváveis a cada novo Plano Diretor para o município.

Em fevereiro de 2019, entre as propostas de alteração do Plano Diretor da cidade discutidas em assembléias públicas, estava a de redução do tamanho da zona rural de 20.820 para 12.177 hectares, ou seja, uma redução total de 8.643 hectares, correspondendo a 41% da área original (Figura 03), redução está que foi aceita e homologada em 2023, ou seja, a cada plano o limite legal da zona rural é cumprido para dar espaço para a expansão urbana, representada pelo mercado imobiliário de condomínios residenciais verticais ou horizontais.

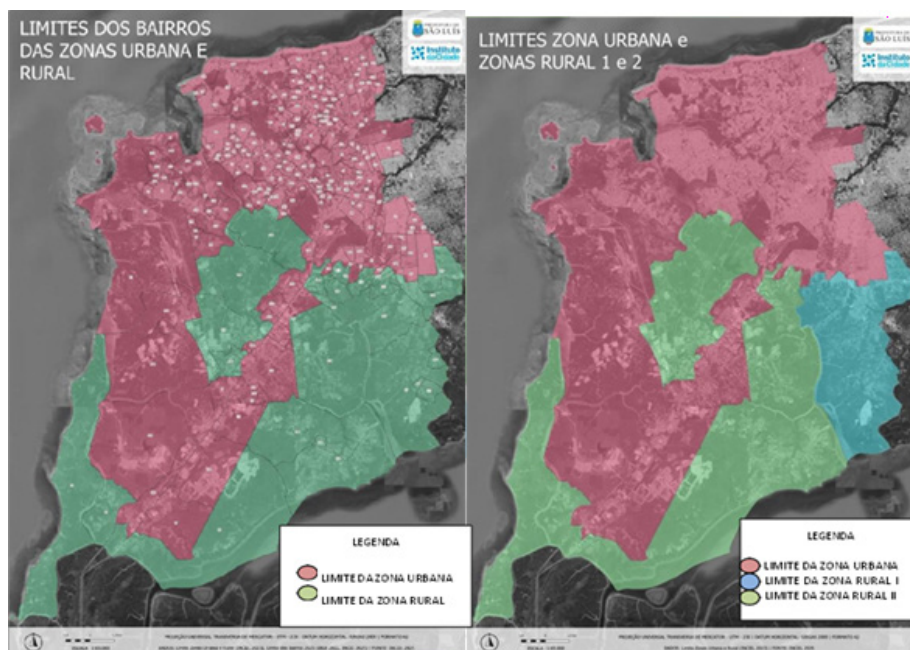
A zona rural no município é dividida em duas partes, ou seja, Zona Rural I que compreende 20 bairros/comunidades que estão localizados a partir do bairro do São Raimundo até a divisa com o município de São José de Ribamar e a do Zona Rural II que compreende 53 bairros/comunidades que vai do marco 0 da BR 135 até a ponte do Estreito do Mosquito, totalizando por volta de 73 comunidades (Figura 04).

Figura 03. Mapa de delimitação da Zona Rural e Urbana de São Luís pelo Plano Diretor da cidade



Fonte: INCID, 2020

Figura 04. Mapa de delimitação territorial dos bairros da Zona Urbana e Rural I e II do município de São Luís



Fonte: INCID, 2025

A produção agrícola

Apesar das limitações dos solos e de áreas cultiváveis, devido a presença de enclaves urbanos dentro das zonas rurais, as comunidades agrícolas têm mostrado uma expansão nas atividades produtivas e isso é refletido nas expansões das feiras livres em diversos pontos da capital e do aumento a cada ano do número de agricultores participando dos programas governamentais de compra de alimentos.

A produção agrícola nas duas zonas rurais apresenta-se bem diversificada, em ambas podemos encontrar: milho, mandioca, macaxeira, feijão, juçara (açaí) e hortaliças em geral e em relação a criações de animais, encontramos: aves, suínos, caprinos, ovinos e outros (Figura 05).

Figura 05. Foto da produção agropecuária do município. Esquerda: Plantação de milho (São Joaquim) e Plantação de feijão (Cinturão Verde) e a Direita: Criação de caprino e peixe (Tajipuru) e Criação de frango e suíno (Cinturão Verde)



Fonte: copilação da autora

Dentre os produtos agrícolas mais cultivados, a mandioca assume posição de destaque em São Luís, tanto em produção quanto em área cultivada. O cultivo da mandioca é bastante difundido em função da adaptação desta planta às condições de baixa fertilidade química dos solos e à sua pequena suscetibilidade ao ataque de pragas e doenças (Figura 06).

Figura 06. Foto da plantação de mandioca na comunidade Assentamento Conceição



Fonte: próprio da autora

A olericultura é também significativa no município, seja pelo alto valor comercial dos produtos cultivados, seja pela exigência de uma pequena área para a instalação do plantio. Há também o cultivo de frutíferas perenes como: açaí, manga, caju, abacate, goiaba, banana, mamão dentre outras. (Figura 07)

Figura 07. Foto da produção olerícola a esquerda (Cinturão Verde) e da produção de frutíferas a direita (Tajipurú)



Fonte: copilação da autora

Vale ressaltar que todas as comunidades ao longo de suas trajetórias enfrentaram e ainda enfrentam muitas dificuldades para produzirem, sobretudo pela falta de incentivo financeiro por parte das empresas públicas de concessão de crédito e dos processos burocráticos que se enquadram nesse serviço. Assim, fazendo com que muitas famílias perdessem ou abandonassem suas produções por não terem acesso aos investimentos necessários para dar continuidade às suas atividades, correndo o risco de se enquadrarem na categoria de precarização do trabalho rural.

Atualmente, devido a entrada de muitos agricultores nos programas governamentais como o PAA, PNAE e PROCAF, essa realidade está se modificando, visto que melhorou a renda de muitas famílias e consequentemente os mesmos puderam aumentar a produção e fazer melhorias na propriedade. (Figura 08).

Figura 08. Foto da participação das agricultoras nos programas governamentais voltados à agricultura familiar. A esquerda: assinatura dos contratos do PNAE. A direita: entrega do PAA.. E a abaixo: entrega do PROCAF.



Fonte: copilação da autora

AS MULHERES AGRICULTORAS DE SÃO LUÍS – MA

Com o intuito de dar embasamento teórico para analisar a situação das mulheres rurais dentro da agricultura familiar no município de São Luís – MA, identificando a existência ou não de processos de empoderamento e contribuição para a geração de renda local. Ao longo desse trabalho, relatou-se sobre a situação vivida pelas mulheres ao longo dos anos, a construção do empoderamento das mulheres com o surgimento dos movimentos feministas lutando por seus ideais, a representatividade das mulheres dentro da agricultura familiar. E por fim, como a agricultura está caracterizada dentro do município de São Luís.

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos pela realização das entrevistas (conforme apresentado no apêndice) com as mulheres rurais da cidade, relatando o seu cotidiano diário e o seu perfil como agricultoras familiares.

A (tabela 01) vem mostrar o perfil sociodemográfico das agricultoras de São Luís, onde estão agrupadas as seguintes variáveis: faixa etária, escolaridade, situação conjugal e números de filhos.

A estrutura familiar das entrevistadas mostra um número razoavelmente baixo de componentes, não ultrapassam o quantitativo de dez componentes. A maioria das entrevistadas possuem entre 2 e 3 filhos e 3 das entrevistadas relataram que não tiveram filhos. Esses dados expressam que as estruturas familiares estão mudando também nas áreas rurais, ou seja, as famílias estão menores com menos filhos.

Soma-se a análise que a maioria das entrevistadas está na faixa etária entre 45 a 49 anos. E em relação ao grau de escolaridade 11 mulheres completaram o ensino médio, 7 o ensino fundamental e somente 2 o ensino superior. Com base nisso, foi possível perceber também que quanto mais jovem é a pessoa, maior é seu grau de escolaridade, pois as entrevistadas mais jovens foram as que concluíram ou está para ainda por concluir o ensino superior e as mais idosas foram as que apresentaram somente o ensino fundamental.

E complementando essa discussão, percebe-se que a maioria das entrevistadas são casadas, representando 67% do total, enquanto viúvas e divorciadas representando 7%, mostrando que a conjugalidade ainda se mantém forte no meio rural ludovicense, tanto firmados por meio de casamentos tradicionais ou por meio de união estáveis.

Tabela 01. Tabela mostrando o perfil sociodemográfico das agricultoras do município de São Luís

VARIÁVEIS	Nº	(%)
Idade		
20-24	1	3
25-29	2	7
30-34	2	27
35-39	6	20
40-44	5	17
45-49	7	23
50-54	1	3
55-59	3	10
60-64	1	3
65-69	1	3
75-79	1	3
Filhos		
0	3	7
01	5	17
02	8	27
03	8	27
04	4	13
05	1	3
06	1	3
Situação Conjugal		
Casadas	20	67
Solteiras	6	20
Divorciadas	2	7
Viúvas	2	7
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	2	7
Ensino Fundamental Completo	7	23
Ensino Médio Incompleto	5	17
Ensino Médio Completo	11	36
Ensino Superior Incompleto	3	10
Ensino Superior Completo	2	7

Fonte: elaborada pela autora

Todas as mulheres entrevistadas fazem parte de famílias de agricultores familiares, mas nem todas se declararam somente agricultoras: uma se declarou diarista, outras duas artesãs, outra costureira e uma se declarou lojista. Desde outrora, em tempos de crise é comum a mulher assumir o sustento da família, vendendo comidas e utensílios em geral, costurando etc., enfim tudo para auxiliar nas despesas da mesma, e vem fazendo isso até hoje, com podemos observar nas entrevistadas desta pesquisa.

A renda mensal dessas famílias compreende entre 1 a 2 salários mínimo, advinda da venda dos produtos gerados na propriedade, complementada com benefícios governamentais como: aposentadoria e Bolsa Família (tabela 02)

Tabela 02. Tabela mostrando a ocupação, a renda mensal e benefício governamentais das agricultoras do município de São Luís.

VARIÁVEIS	Nº	(%)
Ocupação		
Agricultora	30	100
Outras	5	17
Renda Mensal		
1 a 2 salários mínimo	23	77
2 a 3 salários mínimo	7	23
Benefícios Governamentais		
Sim	17	57
Não	13	43

Fonte: Elaborada pela autora

Das mulheres entrevistadas, 24 relataram que as terras onde a família trabalha e reside pertencem a eles próprios e 6 falaram que são posseiros. Das 24 apenas 08 delas tem as terras da propriedade registradas em seu nome, porque recebeu herança de sua família. As demais famílias têm a propriedade registrada no nome do homem, seja ele esposo/sogro/pai.

Percebe-se, assim, que a tradição de se registrar as terras da família em nome do homem ainda permanece viva nas famílias de agricultores de São Luís, mesmo que a existência da titularidade conjunta já esteja prevista na Constituição Federal de 1988, resguardando a esposa de agricultores familiares.

A titularidade conjunta já estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas sua implementação ocorria precariamente. Ainda em 2003, o Incra publicou portaria e instrução normativa tornando obrigatória a inclusão do nome da mulher na titulação da terra, estabelecendo mecanismos para inclusão do nome da mulher no caso de terras já tituladas em nome do homem e indicando preferência para a mulher em caso de separação (Cintrão; Siliprandi, 2011, p. 196).

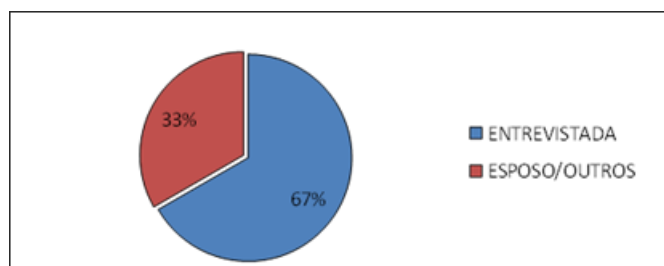
A unidade de produção familiar é formada por homens e mulheres de diferentes idades, que possuem diferentes formas de perceber. Dessa forma, é comum ocorrerem subdivisões e designações para a realização das atividades e em muitos casos essa divisão está fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho, havendo distinções sobre o que é o trabalho do homem, da mulher e

dos filhos e das filhas.

Para compreendermos as relações existentes nas famílias agricultoras que participaram desta pesquisa, foram perguntadas as seguintes perguntas: quem é o responsável pela propriedade, qual a sua participação na produção e sua rotina diária na propriedade.

Para a pergunta quem é o responsável pela propriedade, 20 mulheres responderam que são elas mesmo a responsável pela propriedade, como mostra o (Gráfico 01).

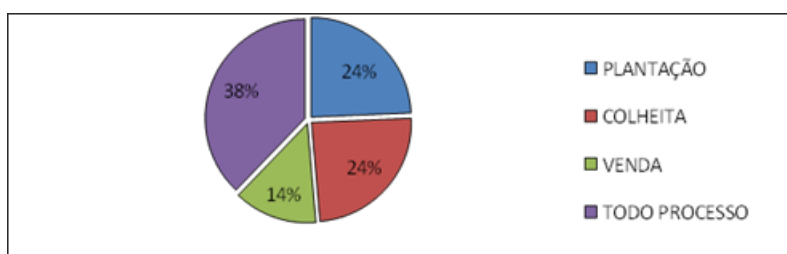
Gráfico 01. Quem é o responsável pela propriedade



Fonte: Elaborado pela autora

E com relação à participação na produção da propriedade familiar, foi possível observar que as maiores das entrevistadas participam de todo o processo de produção, ou seja, trabalham no preparo, plantio, colheita e venda. (Gráfico 02). Mas não podemos excluir que há uma ressalva em relação a etapa do preparo do solo, pois de todas as etapas de produção o preparo é a que mais exige esforço físico e é aí que a distinção de trabalho “pesado” ou “leve” se ancora.

Gráfico 02: Qual é a sua participação na produção



Fonte: Elaborado pela autora

Essa concepção de divisão do trabalho em “leve” para mulheres e “pesado” para homens foi perceptível nas falas das agricultoras, quando eu perguntei se elas achavam que existia trabalho de mulher e trabalho de homem. Todas elas falaram que sim, visto que, elas compreendem que as atividades de preparo do solo e o carregamento de insumos para o solo requerem mais força física, por isso são realizadas por seus companheiros e filhos, e que elas somente ajudam a realizar esses afazeres se na propriedade não houver a presença do sexo masculino, ou este estiver enfermo.

Com esses dados confirma-se a ideia de que as mulheres nunca deixaram de realizar vários trabalhos agrícolas, atuando ao lado do marido ou o substituindo na ausência deste.

Para fechar esse bloco, perguntei então qual seria a rotina diária delas. Todas disseram que possuem dupla jornada, pois fazem os trabalhos domésticos e de cuidados em geral e os trabalhos do campo. Tais resultados ratificam que o tra-

balho doméstico desde o princípio foi atrelado às mulheres e naturalizado como “serviço de mulher”.

Contudo, achei interessante o depoimento de duas entrevistadas que respondeu-me o seguinte:

“eu faço de tudo em casa porém tem dia que não estou com vontade de fazer nada dentro de casa, aí meu marido vai lá e faz todo o serviço doméstico, sem reclamar. E aliás ele faz isso bem jeito, as vezes até melhor que eu...” **(entrevista 15)**

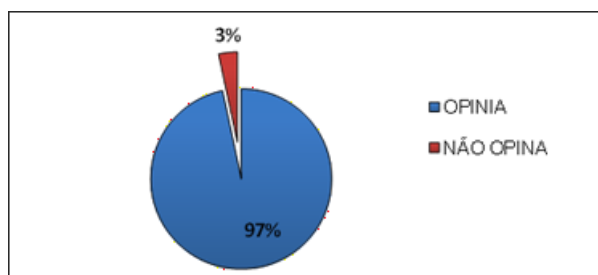
“eu não gosto de fazer comida, faço quando é o jeito. Meu marido é o que geralmente cozinha” **(entrevistada 25).**

Desde os primórdios da humanidade as mulheres já desempenhavam papel importante no desenvolvimento da agricultura. De acordo com Alambert (2004) naquele período as mulheres realizavam diversas atividades, desde o trabalho com a terra, a domesticação de animais, cuidado das crianças, das pessoas mais velhas e dos doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, enquanto o homem ia à caça de alimentos. O trabalho realizado pelas mulheres não incluía somente valor reprodutivo, estava ligado com as estruturas sociais da comunidade.

Como ressalta Hernandez (2007), a divisão sexual do trabalho sempre foi naturalizada, sendo uma construção sociocultural que atribuiu papéis diferenciados a ambos os sexos, cabendo aos homens o trabalho tido como produtivo e as mulheres o trabalho reprodutivo, Mas com o depoimento dado acima, podemos verificar a desconstrução dessa situação.

Se uns dos requisitos para ser considerado pertencente à agricultura familiar é a participação de todos os membros da família nas atividades de produção, foi perguntado qual a participação delas nas tomadas de decisões referentes à produção e aos rendimentos oriundos das vendas (Gráfico 03 e 04).

Gráfico 03. Qual a sua participação nas tomadas de decisões referente a produção



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com o estudo 29 mulheres relataram que participam das decisões, e que o marido e\ou os demais membros sempre pedem opinião e nunca faz nada sem conversar com elas ou com toda a família.

“disse que decisões relativas a propriedade ela faz com seus filhos e netos pois é viúva”. **(entrevistada 2);**

“disse tomar as decisões junto a seu filho porque a família compõe-se somente dos dois membros: mãe e filho.” **(entrevistada 7)**

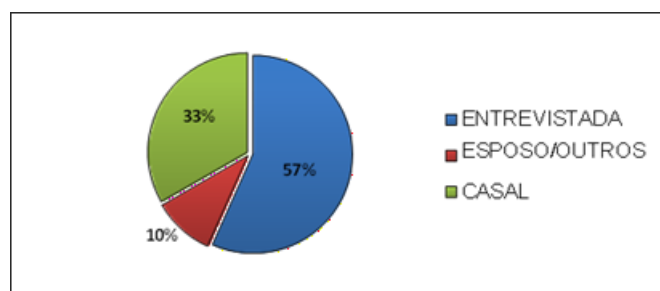
“Nossa família é grande, resolvem tudo juntos, respeitando a opinião de todos” **(entrevistada 5).**

Ao contrário disso, somente uma disse que não opina nas decisões. *Eu não opino nas decisões, para quando algo der errado, ele não venha dizer que é minha culpa, que eu não entendo dessas coisas (entrevistada 29).*

Em relação ao acesso e administração dos rendimentos das vendas (Gráfico 04), as agricultoras relataram que têm acesso a todo rendimento e custo da produção e que tudo é decidido em conjunto com seus companheiros.

Com base nisso podemos ver que a mulher vem aos poucos participando mais das decisões de sua propriedade, ela vem contribuindo com sua opinião e não fica mais alheia aos acontecimentos que colaboram para o sustento de sua família.

Gráfico 04. Quem administra os rendimentos das vendas



Fonte: Elaborado pela autora

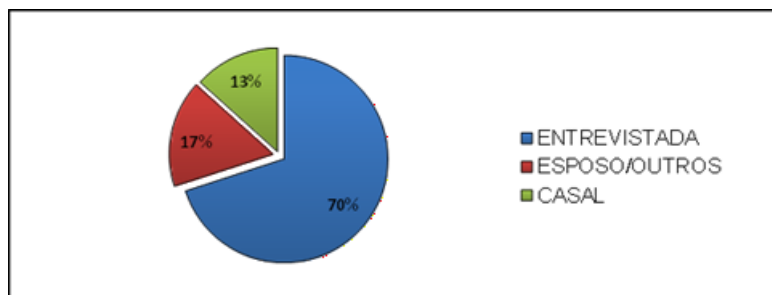
Para Deere e Léon (2002), o empoderamento pode ser considerado como uma mudança radical nos processos que reproduzem historicamente a posição subordinada da mulher. Uma das maneiras de verificar esse empoderamento pode ser através da participação das mulheres no planejamento e desenvolvimento das atividades em que homens e mulheres estão inseridos.

É importante ressaltar que infelizmente não podemos generalizar que em todas as unidades de produção familiar, as mulheres tenham essa oportunidade de ser ouvidas e participar dos rendimentos da produção, como foi relatado pelas agricultoras entrevistadas. Essa realidade vivida pelas agricultoras ludovicenses é algo que deveria ser recorrente na sociedade, não casos específicos, sendo de qualquer forma, um grande passo para a equidade entre os gêneros no meio agrário.

Quando sequência a entrevista foi perguntado quem era responsável ao contato exterior a propriedade (contato com extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, firmas vendedoras de insumos e compradores), pois segundo Brumer (2004) ainda são os homens responsáveis por realizar todos os trâmites burocráticos e bancários, como: realização de contratos, compra, venda ou arrendamento de terras, compra de insumos, participação em sindicatos e cooperativas, realização de empréstimos, pagamentos e transações financeiras, bem como contato com técnicos, extensionistas e firmas vendedoras de insumos e compradores, entre outros.

As respostas dadas por elas contradizem o autor acima, como podemos verificar no (Gráfico 05).

Gráfico 05. Quem é o responsável pelo contato exterior a propriedade



Fonte: Elaborado pelo autora

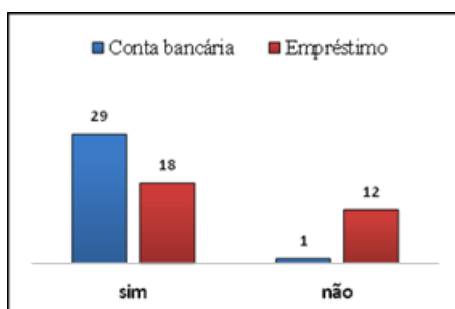
Esse resultado se deu pois, segundo elas o companheiro tem menor grau de instrução que elas e também por julgarem que as mulheres têm mais benefícios devido a políticas públicas voltadas somente para mulheres.

Ao longo dos tempos ocorreram inúmeras transformações no meio agrário, ao mesmo tempo em que modificaram completamente a organização da forma de produzir, alteraram também as relações sociais estabelecidas, pois possibilitou às mulheres rurais reivindicar por espaços e direitos que até pouco tempo atrás eram inexistentes para elas, até mesmo a posição masculina como “chefe da família” e/ou “provedor do lar” foi ressignificada.

A inserção das mulheres em programas de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento da agricultura familiar também foi um avanço a ser considerado positivo no decorrer dos últimos anos, devido a tais políticas hoje a mulher pode conseguir melhoria da unidade de produção como empréstimos para: aquisição de maquinários agrícolas, sistema de irrigação, energia solar, chocadeiras etc.

Pensando nisso perguntei qual delas já tiraram empréstimos em seu nome para melhoria na propriedade e consequentemente quem possui contas bancárias em seu nome. O resultado pode ser visto no (Gráfico 06).

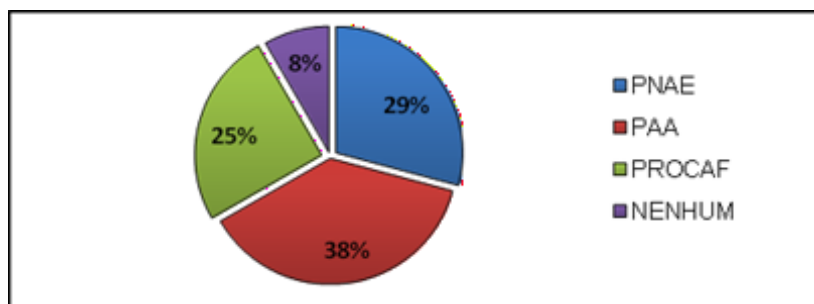
Gráfico 06. Quem já tirou empréstimo e possui conta bancária em seu nome



Fonte: elaborada pela autora

O fato de quase todas possuírem contas bancárias em seu nome é oriundo não só do fato da liberdade e confiança que adquiriram dos companheiros, mas também pela participação em massa delas nos programas governamentais de compra de alimento como: PNAE, PAA e PROCAF, como podem ser visto no (Gráfico 07).

Gráfico 07. Participação das agricultoras em programas governamentais de compra de alimentos



Os 8% que corresponde somente a 4 das entrevistadas que responderam que não participam de nenhum desses programas é porque ainda não possuem produção suficiente para a venda, porém estão trabalhando para o próximo ano participarem, pois quanto as que já participam, como essas que ainda não, afirmaram que essas políticas públicas disponibilizados aos agricultores familiares pelo Governo Federal vêm sendo importantes e fundamentais para a melhoria da propriedade e da renda da família.

Todas as entrevistadas que participam relataram que depois que começaram a participar dos programas, houve várias mudanças nas suas vidas, como pode ser visto na fala de algumas.

“O PNAE me ajudou e ainda ajuda muito, pois antes tínhamos a preocupação: vou plantar mas terá gente para comprar todos produtos? Agora não temos já essa preocupação” (entrevistada 27);

“Tu tá olhando essa casa aqui, foi com o dinheiro do PNAE e PAA que arrumamos ela toda” (entrevistada 21);

“Eu aumentei a minha produção” (entrevistada 19).

Com base nessa primeira fase de perguntas, percebi que a maioria das agricultoras familiares de São Luís entrevistadas apesar de casadas estão procurando sair da invisibilidade participando das decisões da propriedade rural ao lado de seus companheiros. Elas estão participando ativamente da geração de renda para o sustento da família e para o desenvolvimento da agricultura local.

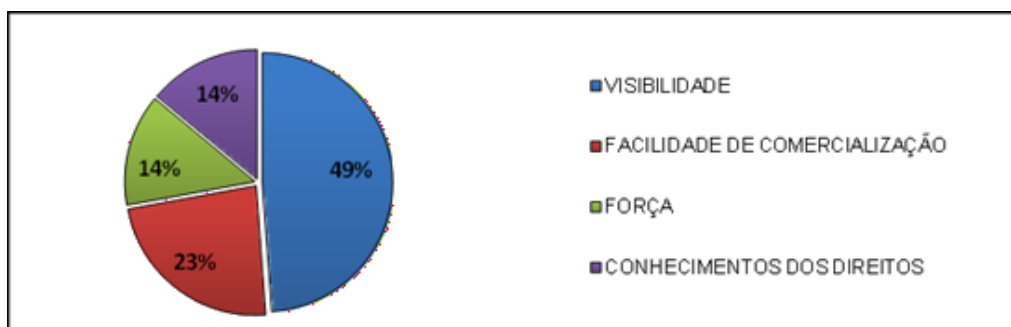
Elas continuam a realizar as atividades tidas como “de mulheres”, e muitas nem reclamam, pois acha que é o certo, mas estão participando mais ativamente do setor produtivo, tendo vez, voz, dando opiniões, fazendo com que suas idéias sejam ouvidas e aceitas.

Podemos dizer que essa consciência de que elas podem falar e participar mais ativamente de todo processo de produção é oriunda da participação delas em grupos, sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Pois quando perguntei se elas participam de algum grupo, sindicato e associação, todas falaram que sim e, aliás, algumas participam tanto de associações, como do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Pegando o gancho da pergunta anterior, perguntei a elas porque é importante participar dessas entidades (Gráfico 08). As respostas delas foram quase todas parecidas, todas acreditam que é muito importante participar dessas organizações, pois elas como trabalhadoras ganham visibilidade, respeito e conhe-

cimento.

Gráfico 08. Porque é importante participar das associações e sindicatos



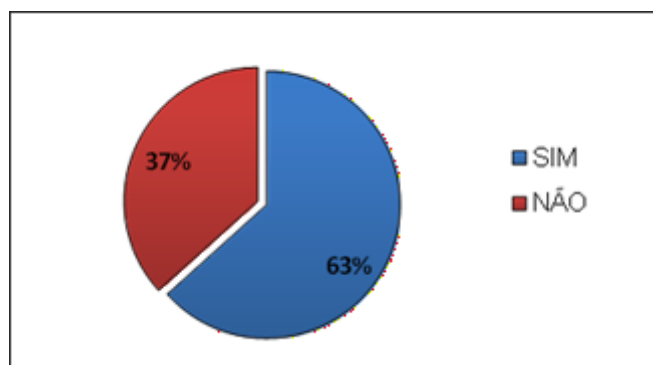
Fonte: Elaborada pelo autora

Conforme Cardoso e Rodrigues (2009) a partir do momento em que as mulheres passam a conviver em rede favorecendo a troca de experiências, elas sentem-se mais valorizadas, pois tal experiência contribui para o seu empoderamento, além de favorecer ao desenvolvimento local.

Maia e Siqueira (2011) observaram a importância do protagonismo feminino na agricultura e o convívio em sistema de associação, pois essa relação possibilitou às mulheres uma melhor compreensão do seu papel e a contribuição para melhoria do meio em que vivem, proporcionando uma sensação de liberdade.

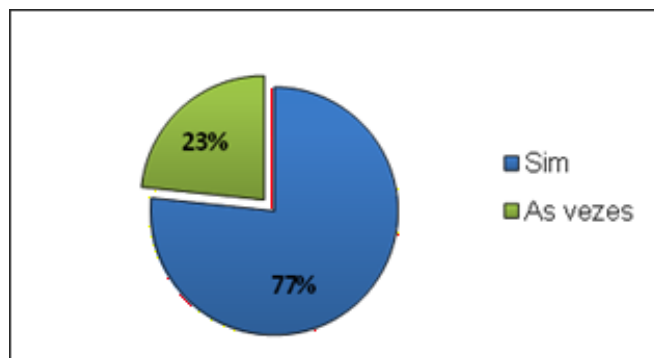
E isso pode ser verificado também nas falas delas ao perguntar se elas já se sentiram discriminadas por seres agricultoras e também se elas se sentem à vontade para expressar a sua opinião tanto em público, como em casa (Gráfico 09 e 10).

Gráfico 09: Você já se sentiu discriminada por ser agricultora



Fonte: Elaborada pela autora

Gráfico 10: Você se senti a vontade para expressar sua opinião



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria responderam que já foram discriminadas por trabalhar no campo. Em relação a se sentir à vontade para se expressar, a maioria falou que se sente à vontade, e apenas 7 falaram que dependendo do lugar elas sentem vergonha.

Ao longo das entrevistas, foi possível observar que as mulheres agricultoras familiares do município de São Luís vêm gradualmente superando a condição tradicionalmente atribuída ao espaço doméstico. Elas passam a ocupar de forma mais visível o espaço público, afirmando-se como produtoras rurais e não apenas como esposas de agricultores. Nesse contexto, muitas buscam contribuir de maneira direta para a melhoria da renda familiar e para o desenvolvimento local, sendo que algumas assumem, inclusive, a posição de chefes de família e enfrentam com dignidade os desafios para garantir seu sustento.

Nesse sentido, Perrot (1999) ressalta que a inserção das mulheres no espaço público, anteriormente restrito à esfera privada, contribui significativamente para a transformação de suas trajetórias de vida. Esse processo favorece a ampliação das experiências sociais, a adaptação a novos ambientes de convivência e a construção de uma consciência de gênero mais crítica, possibilitando a elaboração de novas percepções sobre a realidade social.

A última questão apresentada às entrevistadas buscou compreender qual seria, em sua perspectiva, o verdadeiro papel da mulher agricultora. As respostas revelaram grande convergência entre elas, indicando que tal papel está associado à participação ativa na gestão da propriedade rural, bem como à possibilidade de alcançar realização econômica por meio do próprio trabalho no campo.

Essa compreensão dialoga com a reflexão de Macedo Filho e Regino (2006), os quais afirmam que o empoderamento feminino decorre, em grande medida, da reformulação e da desconstrução das estruturas políticas e sociais vigentes. Para os autores, esse processo está diretamente relacionado à participação das mulheres em movimentos sociais e em organizações da sociedade civil.

Essa dimensão do empoderamento também foi evidenciada nas entrevistas realizadas. A partir da amostra analisada, observa-se que muitas dessas mulheres participam ativamente de movimentos e organizações sociais. Nesse cenário, destaca-se a atuação da Associação Mulheres do Campo em Ação (detalhada em capítulo posterior), que se configura como uma importante disseminadora de informações e iniciativas voltadas à promoção do empoderamento feminino, não apenas entre as agricultoras, mas também entre outras mulheres rurais do município de São Luís e de sua região metropolitana.

Pode-se afirmar, portanto, que a dinamização das atividades rurais no município tem contribuído para o fortalecimento do empoderamento das agricultoras, tanto na dimensão individual ou privada quanto na dimensão coletiva ou pública. De acordo com Azevedo (2012), o empoderamento individual refere-se ao poder conquistado pelo indivíduo, destacando-se as dimensões privada e econômica. Já o empoderamento público relaciona-se à perspectiva coletiva, envolvendo principalmente as dimensões política e social.

Nesse contexto, o processo de empoderamento das mulheres agricultoras familiares de São Luís tem ocorrido de forma gradual, desenvolvendo-se conforme as diversas experiências, desafios e circunstâncias vivenciadas por essas mulheres em seus contextos sociais, produtivos e familiares.

Quadro 1. dimensões do empoderamento com base nas variáveis analisadas na pesquisa.

INDICATIVO DE EMPODERAMENTO

Espaços de abrangência do empoderamento	Dimensões do empoderamento	Variáveis
Empoderamento Privado	Dimensão Privada (âmbito familiar)	Estado civil; Níveis de escolaridade; Tomada de decisões junto à família; Contribuição da mulher na família e na comunidade;
	Dimensão Econômica	Poder de decisão no uso dos recursos financeiros; Renda própria; Bens móveis e imóveis; Recebimento de benefícios previdenciários e sociais;
Empoderamento Público	Dimensão Social e Política	Participação em instituições de representação coletiva; Acesso às políticas públicas, em especial às direcionadas para o campo.

Fonte: Adaptado pela autora, a partir da obra de Azevedo 2012

ASSOCIAÇÃO MULHERES DO CAMPO EM AÇÃO: REPRESENTATIVIDADE E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS.

Apesar do crescente reconhecimento da importância das mulheres agricultoras, bem como a sua contribuição para agricultura familiar, ainda é perceptível na sociedade ver o homem como o único responsável pelas atividades desenvolvidas na lavoura e a mulher subordinada financeiramente a ele. Devido nos últimos anos, o trabalho desenvolvido por meio dos movimentos sociais em conjunto com as organizações de trabalhadoras rurais vêm travando lutas diárias em busca do reconhecimento do seu trabalho e respeito perante a sociedade e sua emancipação financeira.

Azevedo (2012) comenta que a inserção das mulheres agricultoras familiares nos espaços organizacionais e de produção tem contribuído com o crescimento pessoal, político e social destas mulheres, resultando no seu empoderamento. O empoderamento das mulheres agricultoras familiares pode ocorrer a partir da participação em associações, sindicatos, cooperativas e na própria comunidade.

Segundo Siqueira (2014) os resultados dessas mudanças são observados no fato das mulheres estarem participando ativamente da gestão da propriedade junto com seus maridos, bem como nas representações das organizações sociais e comunidades.

Essas afirmações podem ser corroboradas pelos resultados deste trabalho, pois como relatado no capítulo anterior, todas as agricultoras entrevistadas participam de associações, sindicatos e cooperativos da sua comunidade, e a partir dessa participação estão sentindo-se mais encorajadas a sair da total invisibilidade, e como consequência disso estão participando ativamente junto com o companheiro da gestão da propriedade.

Siqueira (2014) ainda fala que o empoderamento é um processo que precisa ser desencadeado por fatores ou forças externas, podendo ser uma pessoa, um grupo, um projeto ou uma instituição, de forma que, com este apoio, as mulheres possam reconhecer as estruturas que as oprimem e desenvolver uma consciência crítica.

E a partir dessa afirmação podemos dizer que a AMCEA (Associação Mulheres do Campo em Ação) nasceu, pois foi a partir do anseio da Dona Maria Antonia de quebrar com a vida monótona das mulheres de ficar só em casa esperando o marido chegar do trabalho na comunidade do Coquilho e adjacência,

A Associação Mulheres do Campo em Ação

No ano de 2022, em meio às incertezas, ao medo e à angústia decorrentes do período pós-pandemia da COVID-19, Dona Maria Antonia Cavalcante (Figura 10), mãe de uma criança pequena e após aproximadamente dois anos de isolamento social, passou a perceber a necessidade de retomar atividades que possibilitassem maior interação social e dinamismo em sua rotina. Além disso, observava que o cotidiano das mulheres da comunidade era marcado por certa monotonia, restrito majoritariamente às atividades domésticas e à rotina familiar, muitas vezes limitadas ao trabalho no lar e à espera pelo retorno dos maridos ao final do dia. Para ela, essa realidade precisava ser transformada.

Figura 10. Foto da Dona Maria Antônia e seu filho



Fonte: arquivo pessoal da entrevistada

A partir dessa inquietação, iniciou a organização de encontros informais, como cafés da tarde com algumas vizinhas, com o objetivo de promover momentos de ressocialização, diálogo e convivência. Gradualmente, essas reuniões passaram a atrair um número crescente de participantes. Em determinado momento, quatro mulheres do grupo propuseram a realização de uma ação solidária voltada ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade da comunidade, a ser realizada em comemoração ao Dia das Mães.

Com o apoio de diversas famílias e moradores da região, a iniciativa obteve grande adesão e foi considerada um sucesso, alcançando cerca de 300 famílias beneficiadas. Após a realização dessa ação social, o grupo passou a refletir sobre a possibilidade de ampliar suas iniciativas, buscando mobilizar recursos e desenvolver ações voltadas à melhoria das condições da comunidade. Segundo o relato das próprias participantes, havia a percepção de que a localidade se encontrava, em grande medida, negligenciada pelo poder público.

Diante dessa constatação, surgiu entre elas o entendimento de que seria necessário organizar-se formalmente, por meio da criação de uma associação ou de outra forma de organização coletiva, de modo a garantir maior legitimidade institucional, fortalecer a representatividade do grupo e ampliar as possibilidades de acesso a parcerias, projetos e recursos destinados ao desenvolvimento comunitário.

A partir desse desejo em 14.12.2022, na comunidade do Coquilho, zona rural de São Luís, era fundado a Associação Mulheres do Campo em Ação (AMCEA) sob o CNPJ 49.482.647/0001-96, uma associação genuinamente feminina que tem como presidente a Dona Maria Antonia Cavalcante (Figura 11).

Figura 11. Foto dos membros da Associação Mulheres do Campo em Ação



Fonte: arquivo pessoal da associação

De início era somente a necessidade de dar oportunidade para as mulheres que precisavam ficar em casa para cuidar da família.

“Estas mulheres, normalmente, não têm renda, então começamos a fazer pequenas ações sociais de capacitação no intuito delas além de criarem uma renda, ganhasse também conhecimento” explicou Maria Antonia.

Com o passar do tempo as ações foram crescendo e outras demandas foram surgindo, como por exemplo, dar visibilidade às mulheres que trabalham com agricultura familiar no município de São Luís. Esse novo objetivo se transformou o seu principal objetivo, pois segundo Dona Maria Antônia

“a sociedade ainda compreende que a agricultura é feita por homens, e isso não é verdade. Tão certo disso que a maioria das associações do segmento é comandada por homens e que isto de alguma forma, me incomodava, pois quando a mulher pedia a palavra, eles não davam. Por isso precisamos combater o machismo e empoderar as mulheres”.

Atualmente, a associação conta com 50 mulheres associadas, distribuídas em 12 comunidades localizadas nas duas zonas rurais do município de São Luís. As comunidades abrangidas são: Coquilho I e II, Tajipurú, Mato Grosso, Caracueira, Cajupary, Andiroba, Vila Magril e Assentamento Conceição (Zona Rural I), além de Iguaçu, Vila Maranhão e Estiva (Zona Rural II).

As ações desenvolvidas pela Associação Mulheres do Campo em Ação (AMCEA) têm sido determinantes para a valorização do trabalho realizado por essas mulheres, bem como para a ampliação da compreensão acerca da importância de suas atividades produtivas e sociais. A partir desse processo de reconhecimento, observa-se o fortalecimento da autonomia feminina, tanto no que se refere à tomada de decisões no âmbito da propriedade rural quanto à maior liberdade de posicionamento e participação no espaço social.

Cabe destacar que, embora a agricultura constitua o eixo central das atividades da associação, a AMCEA também desenvolve diversas iniciativas voltadas a outras formas de trabalho exercidas pelas mulheres rurais da região. Das 50 associadas, nem todas atuam diretamente na agricultura, havendo também artesãs, cozinheiras e piscicultoras. Nesse sentido, a associação busca contemplar diferentes perfis de atuação feminina, mantendo-se alinhada ao seu objetivo fundamental de valorizar o trabalho das mulheres no contexto da unidade de produção familiar, ao mesmo tempo em que promove a autonomia e o reconhecimento de suas capacidades produtivas e empreendedoras, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento das famílias rurais.

Para viabilizar suas ações, a AMCEA busca pleitear e acessar recursos destinados ao desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades dos diferentes grupos de mulheres, sempre em consonância com as demandas locais e os interesses da comunidade.

As atividades da associação são desenvolvidas em parceria com diversas instituições públicas e de apoio ao desenvolvimento rural, entre as quais se destacam o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA), a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão (SAF), a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12. Foto de ações com os parceiros. acima SEMAPA. a esquerda UEMA e a direita STTR



Fonte: copilação da autora

Além de promover capacitações (figura 13) que possibilitam uma nova alternativa de renda para as associadas e trabalhadora através dos parceiros, a associação também trabalha com várias ações sociais para a comunidade em geral, durante os meses de março, maio e outubro sempre há ações buscam o bem-estar, lazer e auto estima das trabalhadoras rurais.

Em março em alusão ao mês da mulher (para as associadas), e em maio para o dia da mães (comunidade em geral), há a oferta de atendimento de várias especialidade médica, imunização, retirada de documentos, brindes e vários benefícios para as famílias carentes. Em outubro é uma ação voltada para as crianças, com direito a brinquedo, lanches e etc... (Figura 14). Segundo Dona Maria Antonia *“essas ações sociais beneficiam um público de aproximadamente 350 famílias de modo geral, trazendo assim a comunidade para perto da gente”*.

Figura 13: Foto de cursos de capacitação realizadas pela AMCEA ao longo de 02 anos.

A esquerda: cultivo de plantas medicinais(acima) e corte e costura(abaixo)

A direita: filetagem de peixes(acima) e fabricação de xaropes e lambedores (abaixo)



Fonte: compilação da autora

Figura 14. Foto das ações sociais realizada pela AMCEA

A esquerda: ações para as associadas em março(acima) e reunião com os agentes de segurança pública(abaixo) A direita: ação de beleza no dia das mães (acima) e distribuição de lanches no dia das crianças (abaixo)



Fonte: copilação da autora

A Associação Mulheres do Campo em Ação, apesar de ter somente dois anos e sete meses, já participa de diversos projetos voltados para a agricultura como: PNAE, PAA, PROCAF, Feiras Agropecuárias e etc., vendendo seus produtos possibilitando geração de renda para as mulheres. A aquisição de bens através de projetos e parceria não ocorre somente na agricultura, mas também nos outros setores, a associação através dos parceiros já conseguiu maquinário de costura e panificação industrial (Figura 15).

Figura 15. Foto do recebimento de bens doados pelos parceiros para a AMCEA



Fonte: copilado da autora

A associação ainda não dispõe de sede própria, uma vez que o terreno destinado à sua instalação encontra-se em processo de regularização documental. Em razão dessa situação, as atividades formativas, como cursos e capacitações, são realizadas nas propriedades das próprias associadas, assim como as atividades produtivas. Entretanto, a cada ciclo produtivo são realizadas reuniões de planejamento, nas quais se define previamente o que cada integrante irá produzir, com o objetivo de evitar a repetição de produtos e garantir maior diversidade na oferta, atendendo de forma mais eficiente às demandas de comercialização.

No que se refere à gestão financeira, a associação registrou, no ano de 2024, uma receita aproximada de R\$ 12.000,00, proveniente principalmente das contribuições das associadas e de algumas doações. As despesas totalizaram cerca de R\$ 9.000,00, resultando em um saldo em caixa de aproximadamente R\$ 3.000,00. De acordo com a tesoureira da instituição, a meta é ampliar as atividades da associação e fortalecer sua capacidade financeira, de modo a beneficiar, direta e indiretamente, um número cada vez maior de mulheres.

Conforme destaca Carneiro (1994), para compreender o movimento das trabalhadoras rurais é necessário considerar não apenas as lutas relacionadas às condições materiais de vida, mas também os valores ideológicos historicamente construídos na sociedade, que estruturam as relações entre os sexos e influenciam a construção das identidades sociais de gênero.

Essa perspectiva pode ser ilustrada por um relato de uma das associadas durante a realização desta pesquisa:

“Durante uma das primeiras entregas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o responsável por receber os produtos, ao observar várias caixas de mercadorias, perguntou onde estavam nossos maridos para colocá-las no caminhão. Aquilo soou como se nós não fôssemos capazes de realizar essa tarefa, como se fosse uma atividade exclusivamente masculina.”

Diante disso, compreende-se que a busca pela autonomia das agricultoras constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento do meio rural e da sociedade como um todo. A organização coletiva dessas mulheres, bem como a troca de experiências e saberes, favorece a ampliação da participação política e o fortalecimento do conhecimento e do reconhecimento de seus direitos enquanto sujeitos sociais.

Assim, com base nas evidências observadas ao longo desta pesquisa, verifica-se que, quando as mulheres se articulam em grupos, associações e sindicatos que buscam ampliar a participação das agricultoras nas tomadas de decisão relacionadas à produção e à gestão da propriedade, contribuem para a construção de uma consciência mais ampla sobre seu papel social, ultrapassando limites historicamente estabelecidos pelas construções culturais de gênero. Além disso, esse processo favorece a inserção dessas mulheres em programas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar.

No decorrer deste estudo, também foi possível observar que as agricultoras do município de São Luís — frequentemente denominadas ludovicenses — demonstram crescente consciência acerca da possibilidade de acesso às políticas públicas voltadas ao meio rural. Esse reconhecimento fortalece a percepção de

que podem conduzir suas trajetórias com maior autonomia econômica e social, sem depender exclusivamente da figura masculina para garantir o sustento próprio e de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural é caracterizado por uma série de peculiaridades dentre elas, o machismo, oriundo das relações patriarcais que nessas áreas ainda são bastante intensas. O sistema patriarcal instituiu no meio rural brasileiro uma estrutura que separa comportamentos de acordo com aquilo que o mesmo considera próprio de homens e de mulheres, enfocando os lugares que cada sexo poderá ocupar. Essa estrutura é pautada em uma relação de poder que fortaleceu a invisibilidade do trabalho das mulheres e alimentou a desigualdade de gênero.

Mas esse cenário vem sofrendo mudanças mesmo que lenta e sutil já é possível encontrar mulheres que estão mostrando uma nova especificação no meio rural, onde as mesmas não estão somente desenvolvendo atividades domésticas e/ou ajudando o homem nas atividades produtivas, elas estão também colaborando para complementar a renda familiar, ou melhor, estão participando ativamente da gestão da propriedade rural familiar.

Essa reconfiguração as relações de gênero no meio rural, já pode ser percebida no município estudado, pois a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, notou-se que as agricultoras continuam como as principais responsáveis pela realização dos afazeres domésticos, porém participam de forma efetiva na produção e comercialização dos produtos advindos de suas propriedades.

Contrariando a realidade ainda presente no campo, as agricultoras entrevistadas não vivem de um modo subjugado à figura do “homem da casa”, dependendo deles financeiramente ou emocionalmente. Por estarem a frente de todos os programas governamentais voltado para a agricultura familiar local, elas não se sentem contidas em opinar sobre tudo relativo a casa e a produção familiar, pois estão também contribuindo economicamente para o sustento da família.

Ainda não podemos dizer que a agricultura em São Luís é comandada pelas mulheres, porém elas estão procurando adquirir novos conhecimentos tanto para melhorar suas habilidades práticas de manejo no campo, como também criar uma consciência crítica sobre os seus direitos objetivando ocupar os espaços até então dominado pelos homens, pois é preciso transformar para empoderar.

Durante as entrevistas foi possível ver que elas reconhecem e sentem na pele que a luta pela equidade de gênero no meio rural é árdua, mas entendem que quanto mais as mulheres se unirem em associações e\ou grupos rurais e começar a compartilhar saberes e forças no intuito de construir coletivamente ações que proporcionem a elas autonomia tanto pessoal como financeira, será essencial para o próprio desenvolvimento da agricultura familiar e para o processo de empoderamento feminino no meio rural.

Isso corrobora com Machado (2021) que diz que

onde há transformação, haverá equidade, haverá compartilhamento de tomadas de decisões, haverá fortalecimento da produção agrícola, haverá o entendimento do respeito com a terra e com o ambiente a qual se está inserido(a), haverá a consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento rural familiar, com créditos e financiamentos igualitários para homens e mulheres e, com toda certeza, haverá mais mulheres ativas e atuantes.

Pensando nesse sentido, podemos dizer que as mulheres rurais de São Luís vem avançando na construção desse poder e nas possibilidades de organização de suas vidas, pois elas já tem a consciência que seu trabalho é essencial para o fortalecimento da unidade de produção familiar, bem como a principal ferramenta para diminuir as distâncias impostas entre os gêneros.

Esta pesquisa representa o primeiro trabalho voltado ao estudo das relações de gênero e empoderamento da mulher na agricultura familiar na cidade de São Luís, porém acredito que ele poderá incitar muitos outros, pois essas mulheres principalmente as participantes da Associação Mulheres do Campo estão procurando construindo um novo paradigma para a visualização da mulher rural, a partir do fortalecimento da própria percepção feminina da sua real importância para o desenvolvimento rural e da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.
- ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história**. A história da mulher. Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA JR., Antonio Ribeiro de. **A Planta Desfigurada**. (Crítica das representações da planta como máquina química e como mercadoria). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 447p.
- ALVES, Geovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Mota. O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. **Revista SURES**, n. 11, 2018.
- ANDRADE, Letícia Ésther de. A consolidação do patriarcado no Brasil: a origem das desigualdades entre homens e mulheres. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano, v. 6, n. 11, p. 25-39, 2021.
- AZEVEDO, Vilma Maria. **Os Desafios para o Empoderamento da Mulher Agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: O Caso de Barbacema-MG**. Dissertação (Mestrado em Magister Scientiae). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012.
- BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (Org.). **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- BARROS, Juliana. Vozes: mulheres rurais são a base da agricultura familiar. Disponível em: <https://exame.com/bussola/vozes-mulheres-rurais-sao-a-base-da-agricultura-familiar/>. jun.2023.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIASE, Laura. **A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia**. Agrária, São Paulo, nº 7, p. 4-36, 2007.
- BITTENCOURT, G. A.; SABBATO, A. D. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.
- BORGES, José Carlos. LAPOLLI, Édis Mafra. AMARAL, Melissa Ribeiro do. A mulher e suas concepções históricas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 09, pp. 05-21. Junho de 2020.
- BRUMER, Anita e PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 171-174, 2004.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. 2004. Disponível em: Acesso em 30 jan 2025.
- BRUSCHINI, Cristina ; ARDAILLON, Danielle ; UNBEHAUM, Sandra. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES, Vanessa Schottz. Mulheres construindo a agroecologia no Brasil. **Agriculturas: Experiência em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, dez. 2009.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, n.1, p.11-22, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23> Acesso em: 20 jan. 2025.
- CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> Acesso em: 20 fev. 2025.
- CINTRÃO, Rosângela Pezza. SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010 (Org.) CEPIA. Brasília: ONU Mulheres, 2011,
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Aumento na participação de mulheres no PAA revela protagonismo feminino no campo, águas e florestas**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5421-aumento-na-participacao-de-mulheres-no-paa-revela-protagonismo-feminino-no-campo-aguas-e-florestas#:~:text=O%20protagonismo%20das%20mulheres%20do,das%20benefici%C3%A1rias%20fornecedoras%20do%20programa>. Mar. 2024

DALMINA, Sandra Maria, KASPARY, Eunice Salete, PILAR, Marisa Hunning. Avaliação da participação das mulheres na propriedade e na geração de renda. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1306- 1309, 2007.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre/RS: UFRGS ed. PGDR, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FACEN, Faculdade do Estado do Maranhão. **História de São Luís**. Disponível em: <https://www.facem.edu.br/instituto/historia.asp>. Acesso em abril, 2025.

FUNARI, Juliana Nascimento et al. Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. **Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 3, abr. 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6366>. Acesso em: 05 jun. 2025.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do feminismo**. 3.ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GUBERT, Flavia Piccinin Paz ; HANZEN, Marcia; RECALCATTI, Jonas Felipe ; COLTRE, Sandra Maria. Empoderamento feminino na agricultura familiar. **Revista Fitos**. Rio de Janeiro. 2020; 14(Supl): 23-30 | e-ISSN: 2446-4775.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a política pública no meio rural. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.9, n.8, Jan/ Jun de 2006.

HERNANDEZ, Carmen Ozório. **Movimento de mulheres e políticas para agricultura familiar: políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero?** EMBRAPA, 2007. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/67.pdf. Acesso em 30 dez 2024.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>. Acesso em: 05 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Cidades**. 2024.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História – São Luís (MA)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1439/>. Acesso em abril, 2025.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo. Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13. n. 1, 2002. Disponível em: <https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LERNER, Gerda, 1920-2013 A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LUCIANO, Antoniele. **Patriarcado surgiu há 2,5 mil anos; você sabe o que é esse sistema?** Ecoa:Curitiba (PR) 05/04/2022 disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/04/05/patriarcado-surgiu-ha-25-mil-anos-voce-sabe-o-que-e-esse-sistema.htm>

MACEDO FILHO, Renato e REGINO, Fabiane Alves. **O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência de associativismo e desenvolvimento rural**. 10p., 2006.

MACHADO, Denise Lenise. **O trabalho da mulher na agricultura familiar de paraíso do sul/rs: o caso da associação das trabalhadoras rurais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2021.

MAIA, Zildenice Matias Guedes e SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. O papel das mulheres na reconstrução do conceito de ruralidade: uma experiência de trabalho feminino da Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos-RN. **Cadernos de Agroecologia**, 2011.

Mapa, Ministério da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Agricultura Familiar e cooperativismo, Sead apresenta o Selo Mulheres Rurais e Campanha Mulheres Rurais Mulheres com Direitos no 5ª CNSAN+2. 2018. <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/sead-apresenta-o-selo-mulheres-rurais-ecampanha-mulheres-rurais-mulheres-com-direitos-no> Mapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos, 2019.

- MAZALLA NETO, Wilson. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2013. p. 9 – 48
- MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MONTEIRO, Valdênia Brito. Mulher indígena: resistência em tempo de retrocesso de direitos. **Cadernos do Ceas: Revista Crítica de humanidades**, Recife, PB: Universidade Católica de Pernambuco, n. 243, p. 104, 26 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861x.2018.n243.p104-119>. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/418>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- PAULILO, Maria Ignez Silveiro. Mulher e cidadania. **Serviço Social em Revista**, p. 227-44, 2000.
- PEREIRA, Makalister da Silva. **Caracterização da produção agropecuária na comunidade de Cajupary no município de São Luís (MA): um estudo de caso de trajetória dos agricultores familiares**. São Luís, 2023.
- PERROT, Michelle. “Sair”, História das Mulheres no Ocidente, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebrasil, 1999.
- QUIRINO, Raquel. **Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista**. Disponível: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/2532/1622>. Acesso: 24/09/2015.
- RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, Niterói, v.15, n.1, p.29-46, 2 sem. 2014.
- RIBEIRO, Berta Gleizer. **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo**. São Paulo. Companhia das Letras. EDUSP. 1995.
- RÖHNELT, PRISCILA BARCELOS CARDOSO. **O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social**. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2010, p.01-115.
- SÁ, Marcelo. **O crescimento da liderança feminina no agro**. Disponível em: <https://sna.agr.br/o-crescimento-da-lideranca-feminina-no-agro/>. Ago. 2023
- SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-93.
- SILVA, Carmem; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.). Nosso trabalho tem valor: mulher e agricultura familiar. Recife: SOS CORPO; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, agosto de 2005.
- SILVA, Federici. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo. Syco- rox. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, v. 4, n. 2, set. 2012. Disponível em:
- SIQUEIRA, Ana Elizabeth Sousa Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: Possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido Baiano**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- TAMANINI, Marlene. Cosmologia e o mundo das deusas: as raízes da desigualdade. In: SARTORI, Ari José (org.); BRITTO, Néli Suzana (org.). 3.ed. Florianópolis: Genus, 2008. p.20.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Ensaios e Debates, v.25, p. 37-57, maio-dez 1995.
- WANDERLEY, Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricul-**

tura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 18, ano 7, fev de 1992.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

O presente roteiro de entrevista foi elaborado com o objetivo de coletar informações sobre o perfil socioeconômico das agricultoras, a organização da unidade de produção familiar, o processo de empoderamento feminino no meio rural e a participação em programas governamentais voltados à agricultura familiar.

1. Caracterização Socioeconômica

1. Nome:
2. Estado civil:
3. Número de filhos:
4. Idade:
5. Escolaridade:
6. Ocupação principal:
7. Renda familiar:
8. Recebe algum benefício do governo? Se sim, qual?
9. Possui algum imóvel e/ou veículo registrado em seu nome?
10. Possui conta bancária em seu nome?
11. Já realizou algum empréstimo em seu nome para investimento na propriedade?

2. Caracterização da Unidade de Produção

12. Sua família é proprietária da terra em que trabalha? Caso não seja, qual é a forma de uso da terra (arrendamento, comodato, parceria etc.)?
13. Quem é considerado o responsável pela propriedade?
14. Como ocorre sua participação nas atividades produtivas?
15. Como ocorre sua participação nas decisões relacionadas à produção?
16. Quem é responsável pelo contato externo da propriedade (extensionistas, bancos, sindicatos, cooperativas, fornecedores de insumos e compradores)?
17. Quem administra os rendimentos provenientes da venda da produção?
18. Quem toma as decisões relacionadas à esfera doméstica (preparo dos alimentos, cuidados com a casa, organização da rotina familiar, educação dos filhos, compras domésticas etc.)?
19. Como é sua rotina de trabalho diária?

3. Sobre o Processo de Empoderamento

- 20. Você participa ou já participou de algum grupo ou organização social (sindicato, igreja, associação, cooperativa, agroindústria, entre outros)?
- 21. Você considera importante participar desses grupos ou organizações? Por quê?
- 22. Você já se sentiu discriminada no meio rural por ser mulher?
- 23. Se sim, como percebeu essa discriminação?
- 24. Quais situações ou ações evidenciaram essa experiência?
- 25. Você se sente à vontade para expressar sua opinião em sua comunidade ou no ambiente de trabalho? Por quê?

4. Participação em Programas Governamentais

- 26. Você participa ou já participou de programas governamentais voltados para a agricultura familiar (por exemplo: PNAE, PAA, PRONAF)? Como tomou conhecimento desses programas?
- 27. Houve melhoria na renda familiar após a participação nesses programas? Se sim, de que forma?
- 28. Na sua opinião, qual é o verdadeiro papel da mulher agricultora na propriedade e na comunidade?

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar
Agricultoras familiares
Associações rurais
Autonomia feminina

C

Cidadania feminina
Comunidades rurais
Condições socioeconômicas

D

Desenvolvimento rural
Divisão sexual do trabalho

E

Empoderamento feminino
Estudo de caso

F

Feminismo
Força de trabalho feminina

G

Gênero
Gestão da propriedade rural

M

Movimentos de mulheres rurais

P

Patriarcado
Políticas públicas
Produção agrícola

R

Relações de gênero
Representatividade feminina
Renda familiar

S

São Luís – MA

Sustentabilidade rural

T

Trabalho feminino

Trabalho rural

A obra analisa o papel e a representatividade das mulheres na agricultura familiar do município de São Luís – MA, evidenciando sua contribuição para a produção de alimentos, geração de renda e organização social no meio rural. A partir de revisão teórica e pesquisa de campo com agricultoras locais, o estudo discute as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e os desafios enfrentados pelas mulheres no campo. Também aborda os processos de organização coletiva e empoderamento feminino, destacando iniciativas associativas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. O livro contribui para ampliar o debate sobre igualdade de gênero e desenvolvimento rural sustentável.

